

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

REJANE MARIA PEREIRA DA SILVA

AS NEGRAS DE TABULEIRO E OS CONFLITOS DE RUA NO RECIFE
DOS OITOCENTOS

RECIFE-PE

2020

REJANE MARIA PEREIRA DA SILVA

AS NEGRAS DE TABULEIRO E OS CONFLITOS DE RUA NO RECIFE
DOS OITOCENTOS

Relatório teórico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Flavio José Gomes Cabral.

S586n Silva, Rejane Maria Pereira da.
As negras de tabuleiro e os conflitos de rua no Recife dos oitocentos / Rejane Maria Pereira da Silva, 2020.
55 f.: il.

Orientador: Flávio Gomes Cabral.
Relatório (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2020.

1. Negras - Recife. 2. Racismo - Recife.
3. Brasil - História - Lei do Ventre livre, 1871.
4. Mulheres - Emprego - Recife. I. Título.

CDU 396.5(81)

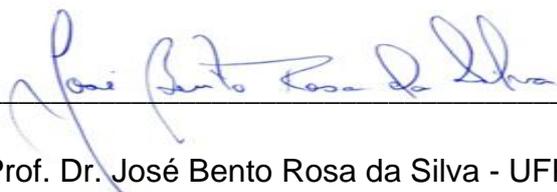
Pollyanna Alves - CRB4/1002

REJANE MARIA PEREIRA DA SILVA

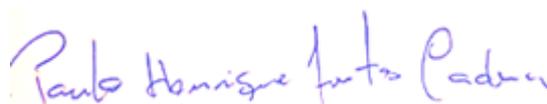
AS NEGRAS DE TABULEIRO E OS CONFLITOS DE RUA NO RECIFE DOS
OITOCENTOS



Prof. Dr. Flávio Gomes Cabral - UNICAP
Orientador



Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva - UFPE
Coorientador



Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena - UNICAP
Avaliador interno

Recife, 11 de março de 2020.

AGRADECIMENTOS

Esta etapa é um momento bastante especial na conclusão de um projeto de pesquisa, já que este contou com a colaboração de diversas mãos e do anseio de sua finalização. Primeiro, porque é chegado o momento de conclusão de mais uma etapa do projeto de vida desta ativista e historiadora negra. Segundo, o projeto dá possibilidades de ampliação do olhar para a luta e resistência das mulheres negras, que por muito tempo foram invisibilizadas. Momento este de dar voz ao silêncio.

O que parecia ser um grande calunga infundável se tornou um rio transponível devido às diversas pessoas que contribuíram com esta pesquisa, apesar das pedras e correntezas que dificultaram a conclusão deste projeto.

A vinda das primeiras negras traficadas ao Brasil nos faz lembrar que “Nossos passos vem de longe”, de muito longe, e que muitos desses foram dados para aqui chegar e alcançar a liberdade, com olhos realísticos de erros e acertos. E esse tempo da “história presente”, não seria possível sem processos de resistências da irmandade negra e proteção dos Orixás.

Agradeço ao professor Dr. Flavio Gomes, que foi meu orientador e que continuará sendo um grande afeto nos meus escritos e estudos. Depois, quero de agradecer ao professor José Bento Rosas, um grande militante negro, que posso afirmar: ficará na minha vida como um grande irmão, fortalecendo nossa irmandade negra. Também gostaria fazer uma saudação negra, à professora Dayse Moura, pelo carinho e afeto. Outro agradecimento de coração é para o professor Paulo Cadena, que se colocou de forma efetuosa como coorientador desta pesquisa, junto com professor Bento Rosas, pessoas que me auxiliaram não só com os seus conhecimentos, mas também com afeto. A todas essas pessoas, meu eterno agradecer.

A construção desta cartilha deveu-se muito a uma infinidade de pessoas que em momentos diferentes estiveram comigo, à Liliana Barros; aos meus filhos (Pablo Messias e João Pedro); as minhas duas netas (Maria Clara e Maria Luiza); as minhas irmãs e meus irmãos e um agradecimento mais que especial à Millena Ventura, por estar ao meu lado durante toda construção deste trabalho; à Luisa Ventura que, de

forma fraternal cedeu sua mãe; à Iralene Pereira, que tenho muito carinho; Maria Bethânia Ávila, socióloga e educadora do SOS Corpo.

Agradeço, também, à Pétala Menezes que diagramou a cartilha, bem como ao pessoal do arquivo público, ao pessoal da secretaria da pós-graduação da UNICAP,

Por fim, meus agradecimentos à rede de mulheres Negras de Pernambuco; à organização de mulheres: Cidadania Feminina, ao Grupo de Pesquisa, Gênero e Sexualidade – GEPERGES, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, coordenado pela professora Denise Botelho, à articulação de mulheres de Bairro, à minha família e a todas e todos amigas e amigos.

Muito axé

MUTUMBÁ.

RESUMO

As negras de tabuleiro e os conflitos de rua no Recife dos oitocentos. Esse tem por objetivo investigar as práticas normativas e de controle sobre o trabalho e o cotidiano das mulheres negras (escravas e livres), compreendendo a Lei do Ventre Livre e mapeando os discursos produzidos na Casa de Detenção da cidade do Recife. Neste trabalho, usaremos pesquisa de fonte bibliográfica, primárias e secundárias, e pesquisa de carácter etnográfico. O que temos em análise é que as mulheres negras eram perseguidas na cidade, pois carregavam a marca da escravidão. O ordenamento do espaço urbano e higienização da cidade promoveram diversos conflitos e “rasgos de rebeldia” o que desencadeou a entrada das negras na casa de detenção.

Palavras-chave: Mulher negra, racismo, trabalho, conflitos de rua.

ABSTRACT

Recife in the eighteenth period. This aims to investigate the normative and control practices over the work and life of black women (slaves and free), understanding the Law of Free Womb and mapping the speeches produced at the House of Detention in the city of Recife. In this work, we will use primary and secondary bibliographic source research, and ethnographic research. What we have in analysis is that black women were persecuted in the city, because they carried the mark of slavery. The ordering of the urban space and sanitation of the city promoted several conflicts and “Characteristics of rebellion” which triggered the entry of black women into the detention house.

Keywords: Black woman, racism, work, street conflicts.

SUMÁRIO

Sumário

1 .INTRODUÇÃO.....	10
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	28
3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO	35
4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	39
5. APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES.....	44

INTRODUÇÃO

O século XIX foi um período de profundas mudanças com a chegada da máquina a vapor e outras máquinas que possibilitavam as transformações na vida e no cotidiano das grandes cidades de todo o mundo. A sociedade vivia uma nova perspectiva de trabalho, de capital e de outras transformações como a confirmação dos ideais franceses entre as classes populares. Desmascaravam a hipocrisia dos exploradores de escravos. A partir de 1870 o sentimento nacional vinculou-se ao amplo movimento de expressão das potências capitalistas que entraram na era do mundo novo.

No Brasil,

1870 e sua geração é indissociável do surgimento de um “proto-espaço” público, na medida em que sua própria experiência de marginalização e o aprofundamento do capitalismo no país (com a conseqüente introdução de novos personagens e tipos sociais) teriam forçado a abertura de novos lugares sociais para o fazer político.¹

Visto que a população escrava e cativa era excluída da vida política, já que a sociedade estava amparada no sistema escravista e o processo de escravidão impedia a implementação dos princípios liberais, democráticos ou socialistas.

No ano de 1871, a Lei do Ventre Livre conduziu o país, de certa forma, para o fim do trabalho escravo e “instituiu direitos aos escravos como o de alforriar-se”². Silva³ aponta que o biênio 1870/1871 traz a ideia de que o trabalho só poderia ser organizado sob a forma de livre, ainda que não fossem os mesmos para os trabalhadores negros e mestiços e para proprietários de escravos e ex-proprietários de escravos.

Em Pernambuco, as iniciativas pelo fim da escravização ganhavam força. Segundo Silva⁴, o crescimento urbano de Recife ao longo do século XIX, esteve atrelado ao crescimento populacional de homens e mulheres livres e libertos. Isso

¹ ALONSO, Ângela. *Idéias^{sic} em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 125

² ALONSO, Ângela. *Idéias^{sic} em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. P. 127

³ SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendeiras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Editora Universitária UFPE, coedição, Salvador: UFBA, 2011.p. 59.

⁴ SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendeiras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Editora Universitária UFPE, coedição, Salvador: UFBA, 2011.p. 56.

porque a elite exigia que a cidade tivesse aspecto de modernidade, era o progresso. Assim, o ano de 1880 marca o surgimento da sociedade abolicionista e emancipatória no Brasil que passou a operar um fundo de emancipação para escravos no início do referido ano. Segundo Alonso⁵, foi um movimento que deixou de ser somente um ativismo de elite e passou a movimento social, reunindo em torno de si setores mais diversos da sociedade.

Recife e Rio de Janeiro, respectivamente, tornaram-se foco central para a participação política popular que caracterizou o abolicionismo brasileiro na década de 1880. A mesma década, contudo, também foi marcada com “a destruição dos cortiços cariocas, moradia de negra, negros livres, escravos de ganho, ligadas as alforrias obtidas pelos escravos e escravas”.⁶

Neste contexto, “a promoção da modernização denotava ordenamento social e deveria estar em consonância com os padrões disciplinares, tais como leis, posturas municipais, os aparatos políticos, dentre outros”⁷. Logo, para se adequar aos paradigmas dessa civilização, além de bonita, a cidade também deveria ser um lugar seguro, capaz de coibir os diversos modos de fazer e de viver de sujeitos tidos como não civilizados; bárbaros; selvagens, na maior parte das vezes, descritos como perigosos.

Assim, como nas demais cidades portuárias do Brasil Imperial, a expansão urbana e modernização dos aspectos físicos e do tecido urbano foram acompanhadas de um esforço permanente de controlar as camadas menos favorecidas.⁸

O que se conhece como desfecho desse retrospecto histórico é que foi a partir da década de 1870 que outros caminhos se abriram para os escravos e escravas nas estratégias de luta, mas logo na década seguinte, tais caminhos tentam ser bloqueados pela destruição dos quilombos mantidos pelos movimentos abolicionistas em luta política. Com o objetivo de Investigar as práticas de normatização e controle

⁵ ALONSO, Angela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 2015. p. 23

⁶ CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26.

⁷ MORAIS, Grasiela Florêncio de. Clio: Revista de Pesquisa Histórica. ISSN: 25255649-nº34.2. 2016, p. 48.

⁸ MORAIS, Grasiela Florêncio de. Clio: Revista de Pesquisa Histórica. ISSN: 25255649-nº34.2. 2016, p.41.

sobre o trabalho e cotidiano das mulheres negras (livres, forras e escravas) a partir dos discursos produzidos por registros da Casa de Detenção de Recife sobre Conflitos no período dos oitocentos, a pergunta que esta pesquisa coloca é: o que representa o período dos oitocentos para as mulheres negras, livres e escravizadas do Recife?

A elucidação perpassa pelo aprofundar da análise dos contextos histórico, político e social da cidade do Recife, bem como apresentar sua espacialidade para assim “enxergar a cidade a partir de uma multiplicidade de aspectos”⁹, na perspectiva de “compreender e explicar a dinâmica de nossa história a fim de descobrir as origens da desigualdade social e das misérias e apontar suas contradições.”¹⁰

A cidade do Recife, segundo Silva (2016), era um dos importantes centros comerciais do Brasil,

figurando entre as três principais cidades brasileiras do século XIX, tendo se tornado capital da província na primeira metade desse século, o Recife suplantava a antiga capital Olinda, em prestígio e poder, firmando-se como centro decisório da província e espaço de transferência e circulação de riquezas produzidas regionalmente.¹¹

O Recife oitocentista apresentava-se como uma “cidade portuária e escravista, formada por considerável contingente de escravos, escravas.” Segundo dados de Pernambuco:

Tabela 1

Ano	Escravos	Livres	Total	Escravos/ Total%
1772-82			239.713	
1775			245.000	
1810			274.687	
1814			294.973	
1815			339.778	
1819	97.633	273.832	371.645	35,7
1823	150.000	330.000	480.000	31,3
1829	80.265	208.832	287.140	28,0

⁹ BARROS, José D’Assunção. Cidade e História. Petrópolis: Rio de Janeiro: 2007. p.18.

¹⁰ COSTA, Emilia Viott da. Brasil: história, textos e contextos. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2015, p.273.

¹¹ ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004. p.24

1832			550.000	
1839	146.000	473.500	620.000	23,6
1842	146.398	498.526	644.924	22,7
1855	145.000	548.450	693.450	20,9
1872	89.028	752.511	841.39	101,6
1873	106.236			
1882	84.700			
1883	83.835			
1886	80.338			
1887	41.122			

Fonte: Eisemberg,¹²1977 apud Brandão,1996.

Que juntamente com diversos povos não a transformava numa cidade duma só cor, nem dum só cheiro [...] o Recife é todo esse mosaico de cores, de cheiros e de sons [...] resultante de idas e vindas, com mais chegadas do que partidas. Com uma população que “passaria de 29.211 habitantes em 1828 para 117.948 habitantes em 1873”.¹³

Diante do expressivo crescimento populacional, para analisar como se deu a organização do espaço urbano, numa perspectiva mais ampla, é necessário levar em consideração não só análise da expansão demográfica, mas também as múltiplas origens grupais, de cor e aos lugares sociais que ocupavam na cidade¹⁴ para assim visualizar “as formas de apropriação e uso do espaço que os atores sociais empreendem”¹⁵, o que Certeau¹⁶ denominou de “outra espacialidade que emerge de um conjunto de procedimentos que ele designou de maneiras de fazer”.

¹² EISEMBERG, Peter L. Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Trad. João Maria. Rio de Janeiro: Paz e terra; Campinas- UNICAMP, Coleção Estudos Brasileiros, vol, 15. p.170 apud BRANDÃO,1996, p. 34.

¹³ SILVA, Maciel Henrique. Nem Mãe preta, nem Negra Fulô. Jundaí: Paco Editorial: 2016. p.43.

¹⁴ ALMEIDA, Sueli Creuza Cordeiro de. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco XVIII. IN CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. História da escravidão em Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 38

¹⁵ SILVA, Maciel Henrique. Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendeiras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Editora Universitária UFPE, coedição, Salvador: UFBA, 2011.p.61.

¹⁶ CERTAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Arte de fazer 7. Editora Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 231-251.

Tecendo uma análise acerca das “outras especialidades”, pode-se observar nos registros de entrada na Casa de Detenção no ano de 1872 os casos de

Anna, preta, 50 anos, de condição escrava, natural de Goiana-Pernambuco, filha de pais incógnitos, de estatura com quatro pés, dez polegadas e pronto, cabelos curtos com carapinhos, olhos pretos, nariz afilado, braços e corpos seguros, com todos os dentes da frente, de profissão costureira. Presa por estar fugida no Largo da cidade.¹⁷

Assim como, o registro de

Antônia Maria Felipa, parda, 40 anos, solteira, de condição livre, natural de Olinda, filha de Francisco José dos Santos e Maria da Conceição, de estatura com quatro pés, sete polegadas, cabelos pretos e curtos, nariz afilado, com todos os dentes da frente, de profissão ama. Presa pelo senhor de tal Alaniano. Subdelegado de polícia. Nota da culpa: perturbação.¹⁸

Duas habitantes entre o total de 29.211 da cidade do Recife nos anos de 1872. Mulheres que utilizavam e atuavam no espaço urbano como respectivamente costureira na condição de escrava e parda na condição de livre, demonstrando a multiplicidade de aspectos que as envolvem, no qual apenas números não conseguiriam expressar.

Ainda sobre a necessidade de ampliar as categorias,

para desenhar a trajetória de mulheres de cor na capitania de Pernambuco é preciso ler os indícios deixados na documentação, vasculhar os arquivos em busca das raras petições e requerimentos deixados por essas mulheres.¹⁹

Para isso, delimitou-se a documentação aos registros de entrada e saída de presos da Casa de Detenção do Recife, pesquisados no anexo do arquivo público Jordão Emerciano e através da Hemeroteca, biblioteca nacional. Para este estudo, foi selecionado um quantitativo de 15 presas, utilizando-se como critérios as

¹⁷ APEJE, Livro de registro de entrada e saída de presos, 01/01/1872. Não Consta a numeração do livro de registro. f. 98.

¹⁸ APEJE, Livro de registro de entrada e saída de presos, 03/1872. Não Consta a numeração do livro de registro, f.149.

¹⁹ ALMEIDA, Sueli Creuza Cordeiro de. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco XVIII. *IN* CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. História da escravidão em Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 40.

categorias de gênero²⁰ e raça²¹, delimitando-se respectivamente à mulher negras, livre e escrava.

Outra análise que se pode tecer, tendo em vista complementar essa multiplicidade de aspectos, se dá quanto à resistência das mulheres negras ao ordenamento, aos padrões disciplinares e à modernização do espaço urbano trazidos pelos ideais de padrões europeus. Nesse ideal, “a cidade além de bela, teria que ser segura [...] já que modernizar se era sinônimo de ordenamento”²²

As normas de controle social de disciplinarização do Recife²³ – fundamentadas no Código Criminal (1830), Código de Processo Criminal (1832-1842) e Ato adicional – eram empreendidas pelo Estado com a pretensão de “coibir os modos de fazer e de viver de sujeitos descritos como “bárbaros” ou “selvagem”,²⁴ ou seja, “a modernização dos aspectos físicos e do tecido urbano foram acompanhados de um esforço permanente de controlar as camadas menos favorecida”²⁵.

No que se refere às mulheres negras, diz Carvalho que

entrava ano, saía ano, repetiam-se as posturas municipais tentando restringir a circulação das pretas quitadeiras que costumavam fazer ‘derrços’ com os negros, e estabelecer um horário para um recolhimento das cativas geralmente às 20h”.²⁶

Contudo, os “rasgos de rebeldia”²⁷, motins, ajuntamentos, redes de solidariedade²⁸, “cânticos e vozerios”²⁹ continuavam como estratégias de rebeldia e

²⁰ Para maior aprofundamento ver: BUTLER (2003). Problemas de gênero: feminino e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

²¹ Para maior aprofundamento ver: MUNANGA (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações raciais e Educação- PENESB-RJ.

²² MORAIS, Grasiela Florêncio de. Clio: Revista de Pesquisa Histórica. ISSN: 25255649- nº 34.2. 2016, p. 182.

²³ Para maior elucidação acerca do assunto, vide MORAIS, Grasiela. p113

²⁴ MORAIS, Grasiela Florêncio de. Clio: Revista de Pesquisa Histórica. ISSN: 25255649- nº 34.2. 2016, p. 182.

²⁵ SILVA, Maciel Henrique. Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendeiras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Editora Universitária UFPE, coedição, Salvador: UFBA, 2011.p.41.

²⁶ CARVALHO, Marcos JMD. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 63.

²⁷ Expressão utilizada por Cabral (2012, p.89) para indicar mecanismo de sociabilidade.

²⁸ Expressão utilizada por Cabral (2012, p.89) para indicar mecanismo de sociabilidade

²⁹ MORAIS, Grasiela Florêncio de. A Câmara Municipal do Recife e o controle sobre as práticas cotidianas das mulheres livres, libertas e escravas na primeira metade do século XIX. João Pessoa: Revista de história, 2011.

resistência individual ou como “indisciplina coletiva”³⁰ da classe subalterna no enfrentamento à nova ordem que se queria impor e alguns casos terminavam na Casa de detenção do Recife, prisão – inaugurada em 1856, hoje localizada na Casa da Cultura – que fora construída para substituir a primitiva polé. Pode-se citar, entre esses, caso o de:

Clara Maria da Conceição, natural de Goiana- Pernambuco, 30 anos, casada em condição de amancebado, preta, livre, costureira, quatro pés, duas polegadas, cabelo crespo no casco, nariz chato, olhos pretos, lábios grandes, falta de dentes na frente, corpo agulão, presa pelo comissário, devido a insulto e afronta à moral pública.³¹

Isso só confirma o espaço urbano com lugar de conflitos, e que as mulheres que chegavam à Casa de Detenção tinham uma profissão.

A busca pela disciplinarização do espaço urbano e ordenamento social esbarrava, contudo, no contingente insuficiente de policial que dispunham de pouco treinamento e de armamento escasso para manter a ordem e o controle local, pois a população só aumentava, chegando ao final da primeira metade do século XIX a se consolidar como terceira cidade do Império em população. Conforme o quadro abaixo.

QUADRO 2- POPULAÇÃO DAS PRINCIPAIS CAPITANIAS BRASILEIRAS (1872-1890)

População residente	1872	1890
Rio de Janeiro	274.972	522. 651
Salvador	129.109	174. 412
Recife	116.671	111.556
São Paulo	31.385	64.0934

FONTE: Adaptado do Anuário Estatístico do Brasil, 1995.³²

O crescimento populacional do Recife esteve diretamente ligado ao crescimento da economia local, à ocupação do espaço urbano e ampliação da

³⁰ SILVA, José Bento Rosa da. As tessituras da liberdade no Pernambuco oitocentista (Recife: 1883 e 1884). Sankofa. Revista de História da África e de Estudo da Diáspora africana. Ano XI, Nº XXI, setembro/ 2018. p.12.

³¹ APEJE, Registro de entrada e saída de presos, 26/02/1872. Nº 12. p.2.

³² Adaptado do Anuário Estatístico do Brasil. IBGE, 1995 Apud ARRAIS, 2004, p.113.

expansão territorial. Esse último aspecto, colocou o Recife numa posição hegemônica em relação a outras províncias do norte.

Acerca do alargamento da cidade no período oitocentista, a historiografia mostra que,

A expansão física do Recife foi seguindo aquele mesmo eixo delineado no momento do nascimento da cidade, descrevendo um desenho radial, articulando o porto à região próxima e ao interior. Formando-se ao longo das margens do rio Capibaribe e Beberibe, sobretudo, mas também de outros menores, como afogados e Jordão, os povoados iam-se ligando mais firmemente à capital para constituir-se no que se chamaria Arrabalde”.³³

Assim, a cidade, ao seu redor, fora sofrendo modificações, que se tornaram visíveis na primeira metade do século XIX. Essas foram sentidas na compra e venda de sítios, desmembrados das grandes propriedades de engenho, gerando ganhos que foram se dividindo com vendedores e escritórios que se estabeleciam na cidade. Engenhos com capelas – que são dedicadas aos santos padroeiros do local, que representam a união da vida econômica e social – irão atrair para os primeiros séculos da colônia, uma população que dará origem aos povoados, posteriormente, cidades que irão preservar as designações dos antigos engenhos, rendendo a esses a memória, bem como a conservação de seus nomes.

Ao longo do século XIX, confusões permanentes se darão acerca dos limites e jurisdição. Arrais³⁴ nos dá o exemplo do povoado de Manguinhos, com uma capela particular datada de 1773, seria um simples povoado da freguesia da Boa Vista, passando em 1870 para a jurisdição da recém-criada freguesia da Boa Vista e freguesia do Poço da panela, localizada na margem esquerda do Capibaribe.

Já o Santíssimo Sacramento de São Antônio surgiu em 1878, pela divisão primeira da cidade de São Frei Pedro Gonçalves, tinha uma população concentrada, com bens, investimentos e órgãos administrativos, que como província, em meados do século XIX, fazia uma composição geográfica bastante distinta daquela do século anterior.

³³ ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004. p. 118.

³⁴ ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004. p. 120.

Na projetada rua da Aurora, seguindo a margem do rio Capibaribe, persistia o domínio de um extenso alagado que, avançava por Santo Amaro, Arrais³⁵ complementa ao pontuar que “início da existência desse bairro, estava situado outro alagado que entrava na rua do Hospício e abria caminho, encontrando ao norte, um outro alagamento que misturava lamas, tocando o leito do Capibaribe.”

A particularidade do espaço onde foi edificada a cidade, com efeito, imperou na formação urbana, introduzindo um dos mais forte marcos identificadores da cidade: a ubiqüidade ^{sic} das águas do rio, dos braços de maré, do mar contido no anteparo natural dos arrecifes que deram nome à cidade e asseguraram as condições para sobrevivência do povoado desde o início do século XVI. ³⁶

Numa tentativa de configuração espacial da cidade em voga, Silva aponta que

Em 1855, percebe-se que a Câmara Municipal buscava deixar evidente qual era a configuração espacial pertencente ao município do Recife – e aqui a Câmara fez uso do termo ‘município’ efetivamente. O município estava, então, dividido em 10 freguesias, e estas em 21 distritos.³⁷

A divisão administrativa da cidade em freguesias, aponta Arrais³⁸, estava calcada sobre a missão estatística da cidade, essa estabelecia as unidades espaciais, por meio delas geriam-se diversos aspectos da existência urbana. Depois da sua emancipação, ocorrida em 1822, as formas de administração, onde o governo era gerido pelas ordenações do Reino, estariam vinculadas de perto ao comportamento da política, ligada ao modelo do Estado nacional. Larga autonomia local tiveram as elites com a descentralização na fase do governo colonial, preservando suas representações nas câmaras, na constituição outorgada em 1824.

No entanto, essa autonomia sofre um golpe no período da lei de outubro de 1828, que subordinava as câmaras dos conselhos provinciais ao presidente da

³⁵ ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004. p.116.

³⁶ ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004. p.83

³⁷ SILVA, Maciel Henrique. Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendeiras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Editora Universitária UFPE, coedição, Salvador: UFBA, 2011. p 32-33.

³⁸ ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004. p.24

província, depois do governo central. As corporações foram reduzidas à corporação apenas administrativa. Foram destituídas de competência para agir no plano judiciário. Posturas elaboradas por essas, eram submetidas à aprovação da assembleia provincial, depois à sanção do presidente da província.

Segundo Morais³⁹, as câmaras tinham autonomia, mesmo que ainda pouca, para propor posturas, que teriam uma série de normas, embora a maioria das vezes sem comprometimento. A câmara redigiu vários pedidos ao presidente da província de Pernambuco descrevendo que os fiscais serviam para coibir hábitos bem definidos na população e proibidos pela câmara. Cabral⁴⁰ aponta que essas propostas, de maneira geral, eram formuladas “desejando controlar as populações negras e suas atividades comerciais” tendo por base argumentativa a comercialização de produtos de procedências duvidosas, já que “pela cabeça das negras de tabuleiro, circulavam um conjunto de mercadorias contrabandeadas que entravam em concorrência com os produtos de Portugal e suas colônias.”⁴¹

Cândida Maria da paz, filha de Silvío Faustino Rodrigues da conceição e Josefa Maria da Paz, natural de Goiana, solteira parda de estatura com quatro pés, seis polegadas, cabelos pretos e curtos, olhos pretos, nariz achatado, um braços, boca grande, corpo agulço, com todos os dentes da frente, de profissão engomadeira. Presa em flagrante por portar adereços, que não lhe pertenciam, e vender objetos do senhor Farias.⁴²

Além de comercializar produtos não reconhecidos pelo mercado, as mulheres “de porta afora” trabalhavam como lavadeiras, costureiras, quitandeiras, cozinheiras, amas de serviços, amas de leite, ganhadeiras, engomadeiras, doceiras, realizavam serviços domésticos, agenciavam sua sobrevivência e vendiam de tudo.

³⁹ MORAIS, Grasila Florêncio de. As imposições da “nova ordem” as prefeituras de comarca e o controle sobre as mulheres populares no Recife(1836-1842). p. 113. *IN* CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. História da escravidão em Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

⁴⁰ CABRAL, Flávio José Gomes. “Ó pretos, nada de negócios de branco”!: sociabilidades, cultura e participação política dos homens de cor no processo de fundação do Estado e nação. p.90 *IN* CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. História da escravidão em Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

⁴¹ SILVA, Maciel Henrique. Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendeiras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Editora Universitária UFPE, coedição, Salvador: UFBA, 2011.p 32-33.

⁴² APEJ,E, Livro de registro de entrada e saída de presos, 26/02/1872. Nº18. Sem registro de folha.

A rua sempre foi o espaço das mulheres pretas como bem demonstra o texto citado acima, o que comprova que a vida dessas estava ligada ao trabalho.

Os pontos de venda estavam espalhados pelo bairro do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, mas também as margens do Capibaribe, lá estavam as ganhadeiras esperando os canoeiros com suas frutas, bolos e doces e esses sem perda de tempo compravam e vendiam produtos, e com elas faziam as trocas de interesses mútuos.⁴³

De acordo com Carvalho⁴⁴, era por meio de rios, na primeira metade do século XIX, que as mercadorias circulavam pelos arrabaldes. Terras pertencentes ao engenho percorriam as margens dos rios e, por isso, uniam-se em função do porto. Pelos rios também acontecia um intenso fluxo de transportes que ligavam a cidade às áreas próximas. Nesse contexto, a canoa representava, até o final da primeira metade do século, o transporte que predominava na cidade. Em Recife, circulavam todos os tipos e tamanhos de canoas, inclusive as maiores possuíam camarotes protegendo seus ocupantes da chuva e do sol, mas que também serviam para tirar olhares curiosos, prática comum entre as damas da aristocracia local. No anonimato das canoas também se faziam alguns usos ilegais como o transporte de negros e negras fugitivos.

No que se refere ao Canoeiro, segundo Carvalho⁴⁵, essa era uma profissão procurada por homens libertos, negros e pardos livres. A profissão de canoeiro exigia algum conhecimento do rio e, por isso, exigia especialização, assim como: marceneiros, seleiros, sapateiros, alfaiates e ourives. Em contraponto as profissões exercidas pelas mulheres não exigia um aprendizado para o seu exercício.

A historiografia brasileira, por muito, mostrou a mulher negra e parda apenas através ótica da mulher estigmatizada pela cor da pele, exaltando-a na condição de subalternidade “É claro que suas atividades não conferiam prestígio, pelo contrário, era desonroso agenciar na rua.”⁴⁶ Porém as negras de tabuleiro, livres e escravas,

⁴³ KOSTE, Henri. Viagens ao nordeste do Brasil. 2ª Ed. Prefácio e tradução de Luís da Câmara Cascudo. Recife: Sec. Departamento de Cultura, 1978. p.38

⁴⁴ CARVALHO, Marcos JMD. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p.35.

⁴⁵ CARVALHO, Marcos JMD. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 31.

⁴⁶ ALMEIDA, Sueli Creuza Cordeiro de. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco XVIII. *IN* CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. História da escravidão em Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 55.

assim como as mulheres pardas, sempre reagiram e subverteram a ordem escravocrata, mesmo tendo que lidar constantemente com os conflitos de rua, criados por ela ou não, contribuíram efetivamente com a engrenagem cotidiana da cidade do Recife não só para com a economia, mas também para cultura e formação de uma identidade racial através da busca de liberdade, solidariedade, pertencimento, afeto, criação de rede de relações sociais e irmandade.

A proposta é historiar sobre o tabuleiro e o trabalho como condição de vida, colocando as mulheres negras de tabuleiro e os conflitos de rua em Recife oitocentista. Tendo como objetivo construir um traçado do trabalho/profissão das mulheres pretas que comercializavam nas ruas do Recife, no período de 1870, dialogando com a Lei do Ventre Livre (1871) para assim observar os impactos na vida, no trabalho e nos conflitos que as envolviam.

Nesse contexto, é importante destacar, ainda, que o grande problema relacionado à vida dessas mulheres gira em torno da perspectiva da coisificação do ser que traduziu mulheres negras à condição de “semimóvel – meio gente, meio animal”⁴⁷. Contudo, diante do que fora apontado por este trabalho, essa dita “mercadoria” nunca se calou diante do colonizador, fato que gerou inúmeros conflitos e invisibilização de suas profissões no mundo do trabalho.

Dessa forma elas evidenciaram um tempo, reagiram, criaram resistência e associabilidade em uma cidade que não “jorrou nem leite, nem mel.”⁴⁸

Diante desta análise, observou-se que o espaço urbano em função de um capitalismo industrial exigia modernidade, aparência de beleza para a cidade e, para isso, queria contar com uma classe ordeira, tranquila e passiva, já que o objetivo era o capital e o apagamento de memória de toda uma classe subalternizada.

Essa cartilha se justifica pela dívida histórica que a academia possui com o povo negro, tendo em vista “que no campo acadêmico facilmente, sucumbe a liturgia e ao continuísmo, desejando permanecer na confortável auto avaliação de produtora

⁴⁷ MAIA, Clarissa Nunes. *Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888)*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 16

⁴⁸ SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre sobrados e mocambos: fuga de escravos e ação policial no Recife oitocentista (1840-1850)*. IN CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. *História da escravidão em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 145.

de conhecimento neutro”⁴⁹ atuando no mito da democracia, que segundo Gomes (2017)

pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil? Como fruto do racismo, afirmando que existe entre eles dois grupos raciais? Uma situação de desigualdade de oportunidade e de tratamento esse mito pretende de um lado nêga discriminação racial. Como os negros e negros no Brasil e do outro perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construindo sobre esse grupo social. Desta forma. O mito da democracia racial atua como um ponto um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros negando racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando a discriminação a discriminação e as desigualdades raciais

inclusive negando o estupro das mulheres negras e indígenas.

Essa corrente ideológica afirma – Gilberto Freyre, no livro Casa Grande e Senzala – que a formação do povo brasileiro advém de três raças (brancos, negros e indígenas) e que essas conviviam desde a escravidão de maneira amistosa. Além disso, Freyre, segundo Gomes⁵⁰ acreditava no caráter Ameno do colonizador português para as populações indígenas e negra por ele escravizadas nas relações sociais.

Ainda aponta Gomes⁵¹

Que essa visão idílica, não realista e ao mesmo tempo autoritária sobre relações raciais no Brasil foi muito útil. Para as elites do poder, sobretudo nos momentos históricos e, que o país viveu sob regimes ditatoriais era conveniente para o poder e para o estado autoritário divulgar para o Brasil para o mundo uma visão romântica das Relações raciais aqui existente quando o racismo e a profunda desigualdade histórica vivida por negros, índios e brancos em nossa sociedade

A subjugação das raças indígenas e negra legitimou o colonizador colocando-o numa posição confortável de supremacia. Seguindo, também, esse movimento, a academia por longo período delimitou a historiografia dos povos dominados, não

⁴⁹ CAVALHEIRO, Eliane. apud SANTIAGO; SILVA; SILVA. Educação e escolarização e identidade Negra: 10 anos de pesquisas sobre Relações raciais no PPGE- UFPE. p.09

⁵⁰ GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc. Campinas, V.33, Nº 120, jul-set 2012. p. 20.

⁵¹ GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: um breve discussão. In: Educação anti-racistas: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 52.

considerando suas vivências nem suas tradições. À vista disso, essa cartilha se apresenta como instrumento pedagógico, realizado junto à academia, com intento de possibilitar e de fazer ecoar a voz de um povo que sempre foi silenciado, subjugado e marcado pela escravização, já que hoje já falamos por nós.

Elaborada a partir de fontes primárias e secundárias, pesquisadas no arquivo público estadual Jordão Emerenciano, e fundamentada com base teórica de historiadores e historiadoras que dialogam com a história social, a cartilha será uma produção científica que se utilizará de escritos de intelectuais negros e negras, visto que se compreende que esses pensadores e pensadoras expressam em suas concepções, convicções e orientações à educação e à produção do conhecimento refletindo o pensamento educacional brasileiro sobre a perspectiva da contribuição do povo negro.

A academia ainda precisa, junto com negros e negras, considerar as “encruzilhada”⁵² como possibilidades de conhecimentos.

De caráter científico, o pensamento negro dá ênfase aos processos de resistência e ancestralidade negra. Inúmeras vezes, a temática racial é reproduzida pela universidade com compreensão deturpada, sem autonomia, reproduzindo práticas racistas. Existe “um não esforço por parte da academia nas universidades do Brasil em não promover uma crise de consciência moral”⁵³, dado que esse espaço ainda se mostra desigual, mesmo reconhecendo que isso vem mudando.

Esse movimento é perceptível através de políticas de ingresso e/ou permanência de negras e negros, que amplia a possibilidade do ingresso, permanência e de produção de epistemologia negra. É o caso da Universidade Católica de Pernambuco que, no ano de 2019, concedeu quatrocentas bolsas de estudo para estudantes negras e negros. Essa ação afirmativa, com apoio do Núcleo de Estudo Afro-brasileiros e indígena (NEABI), e de enfrentamento do racismo institucional, possibilitou o enegrecimento do espaço da universidade e referendou o compromisso político da instituição.

⁵² Projeto poético/político/ético arrebatado por Exu. Exu, enquanto princípio explicativo de mundo translado na diáspora que versa acerca dos acontecimentos, dos movimentos, da ambivalência, do inacabamento e dos caminhos enquanto possibilidades[...]. RODRIGUES JÚNIOR, 2018.

⁵³ CAVALLEIRO, Eliane. Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações sociais no PPGE/UFPE. Org.: SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene. Editora Universitária: UFPE, 2010. p.09.

Outras Instituições Superiores de Ensino (IES), no entanto, seguem inertes quanto questões relacionadas à política de ingresso, permanência e produção intelectual negra. Infelizmente, esse espaço da academia ainda tem se mostrado local de demarcação de brancos na sociedade brasileira.

Aos que resistem às adversidades e tornam-se pesquisadoras e pesquisadores negras e negros zelam pelo caráter do fazer científico, consolidando-se no rigor como pano de fundo. Realizam esforços de romper com o silêncio, o apagamento da identidade, memória e ancestralidade negra. Além disso, produzem conhecimento a partir de documentação histórica que vai desvendando realidades, vivências negras, evidenciando que o que parecia perdido de referencial para a nossa compreensão.

Hoje não se pode negar que o povo negro tem, escreve e faz história, pois a história é “de mudanças e permanências”⁵⁴. É necessário que toda a sociedade conheça a produção negra. A cartilha apresenta sua relevância para a sociedade no que diz respeito ao conhecer o “não dito da história”; suas migalhas. A herança escravista, racismo, é um fardo muito pesado para o povo negro, maioria da população brasileira. Esse apresentado como dependente, que nunca reagiu ao processo histórico implementado no Brasil; povo que foi historicamente desprezado pelas classes dominantes, patriarcal, que ignoraram o drama social implantado com a indústria açucareira e incrementaram o grande projeto de imigração negra. Sendo esse negro visto como atraso social, responsabilizado por isso, tendo o branco europeu, colonizador como o “salvador”. Quando as elites quiseram embranquecer o país, trouxeram mais de três milhões de imigrantes para clarear a civilização. Para negros e negras restou os mais desqualificados trabalhos, incluindo os empregos domésticos, a dependência social, marginalização.

A temática racial tem sido a área de interesse dessa pesquisadora desde a graduação, fortalecendo-se a partir do ingresso no movimento negro de Pernambuco, já o despertar para as vivências das mulheres no mundo do trabalho surgiu a partir de um estudo realizado para um trabalho de conclusão de curso sobre o impacto da via Mangue na vida das mulheres do bairro do Pina onde se observou a invisibilização e subalternização do trabalho das marisqueiras.

⁵⁴ BLOCH, Marc. Apologia da história o ofício do historiador. Trad. Amanda Colin. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002. p. 41.

Nos anos 90, começou a dialogar através de palestras sobre as mulheres negras e o mundo do trabalho, essas foram transformadas em uma pesquisa junto à UNICEF mulher e depois à organização feminista SOS-corpo.

Um maior engajamento com a temática adveio da participação em pesquisa realizada com mulheres negras moradoras do Córrego do Euclides, cidade do Recife, e suas relações com mundo trabalho, projeto que ocorreu em parceria com a ONG Cidadania Feminina e a organização SOS Corpo – Instituto feminista para a democracia. Dentro da pesquisa, estava a efetivação de uma agenda para a implementação de políticas públicas direcionadas ao trabalho das mulheres, como também a construção de um material educativo sobre negras e o mundo do trabalho. Em meio à feitura do projeto supracitado, houve a percepção que, não existia, ou não estava visibilizado nenhum material sobre o assunto na comunidade do Córrego do Euclides, a partir disso constatou-se que, este tipo de pesquisa poderia abranger um número maior de mulheres.

Durante formação como mestranda em história, ocorreu o aprofundamento teórico/metodológico na temática das mulheres negras delimitado à cidade do Recife no período oitocentista, ocasião que possibilitou um novo olhar e a necessidade de implementação de instrumento, cartilha, que permitisse o dialogo desde a educação básica tendo em vista o cumprimento da Lei 10.639/03, através de um material que evidencia memória, resistência e ancestralidade⁵⁵ das mulheres negras no período da escravização.

Na atuação como professora de história do Recife, dos 6º aos 9º anos, foi constatada a pertença das mulheres negras e sua atuação como vendeiras, quitandeiras, negras de tabuleiros e outras, também foi constatada a importância do enfrentamento ao racismo, e da valorização das necessidades de atuação na agenda Negra. Passava ser entendido que poderia ser um instrumento valioso para uma atuação mais efetiva sobre a história do Recife e mulheres negras. Por outro lado, questionamentos eram realizados sobre a possibilidade de aproximar o trabalho científico à realidade das mulheres negras e o mundo do trabalho, e da viabilização de um material de qualidade, que não tivesse conotação racista, nem sexista, e ao mesmo tempo pudesse contar a história das mulheres negras de tabuleiro, assim

⁵⁵ O verbete ancestralidade, aqui utilizado, aplica-se no sentido de quem veio antes, já que as mulheres pesquisadas fazem parte da memória da cidade.

como os conflitos de rua no Recife dos oitocentos, ao mesmo tempo, esse material promovesse uma aproximação com a linguagem popular. para tanto, haveria necessidade de se conhecer os meios para possibilitar a produção de um material educativo proposto para difundir um trabalho desenvolvido de forma abrangente em conjunto com o Movimento de Mulheres Negras, que foi avaliado positivamente por essas.

As questões das mulheres negras tiveram repercussão na sala de aula, lugar de fala também de ativismo negro, bem como na universidade que conta com a participação desta pesquisadora desde 2017, e cujas atividades tem se destinado à identificação de necessidades relativas à discussão das mulheres negras e os conflitos de rua, no âmbito da educação, trazendo a temática das mulheres negras, em colóquios, seminário, dentro e fora do movimento, inclusive envolvendo o enfrentamento ao racismo na vida de mulheres negras, livres ou escravas no Recife de 1870 a 1880 nos registros da casa de detenção.

Para tanto, os trabalhos realizados, visam desenvolver estratégias que possibilitem a produção de materiais educativos voltados às temáticas do racismo, sexismo e sociedade escravista, buscando respostas às resistências negras. O racismo é entendido como um sistema que é alimentado pelo mito da democracia, negando o protagonismo do povo negro e sua história que não começa na escravidão. Nesse processo, há uma ação que, segundo Hall⁵⁶, determina que “raça é uma construção política e social. É categoria discursiva em torno da qual se organiza o sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo.”

Tendo em vista a sociedade escravista, o racismo passa a ser resistência e essência do trabalho da história. Promover o diálogo sobre a vida das mulheres negras é o requisito fundamental, atuando de maneira efetiva para romper com o silêncio da mulher negra escravizada.

Pesquisar mulheres negras de tabuleiro no Recife oitocentista apresenta inúmeros desafios para o estabelecimento de uma prática efetiva dada as dimensões múltiplas de uma sociedade escravista e o apagamento de memória da população negra em Recife. Busca-se com isso, agir diante do silêncio da história para a vida

⁵⁶ HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013, p. 69.

das mulheres negras, livres ou escravas, dar vida a uma história de resistência, rebeldia, e vozes para sua sobrevivência, articulação e mobilidade entre as negras de tabuleiro e os conflitos de rua.

O referencial teórico será o diálogo com a leitura produzida com CARNEIRO, 2010, no que se refere à trajetória negra, mito da democracia racial, pater poder; Em ROSA, 2007, a diáspora africana e a força da mulher negra; Em BERNADO, 2007, o conceito de simbolismo das feiras e organização social das mulheres da África Ocidental; Em CAVALHEIRO, 2010, conceito de racismo no lar e racismo na escola; Em MUNANGA, 2005, o conceito da justificação do escravismo e do racismo; Em LINO, 1997, a autonomia profissional e contribuição do movimento negro; Com GONÇALVES & BARBOSA, 2007, o pensamento negro; Em PEREIRA, 1997, o conceito das raízes negras; Em SOUZA, 1995, o tornar-se negro; Em SILVA, 1997, a conceituação de apelido negro; Em HALL, 2010, a identidade negra na diáspora; Com ALVES, a concepção de ancestralidades matriarcais; CARVALHO, 2010, as negras de porta afora; GHARAM, 1992, a conceituação do trabalho doméstico; BERTH, 2015, as alforrias; BARBOSA, 2012, as fugas para dentro; MORAIS, 2011 e 2012, vozerios e ajuntamentos; GOMES, 2012, as conversas de rua; SILVA, 2011, os espaços de associabilidade; ALMEIDA, 2012, a conceituação de tabuleiro e pequeno comércio; PRIORE, 1997, as devassas e a trajetória negra; BESSE, 2010, conceito de gênero e poder; SCOTT, 1995, Conceituação de gênero e poder; FOUCAULT, 1996, conceito de poder; PERROT, 2005, o conceito de patriarcado; FREYRE, 1961, patriarcado e o que difere o homem da mulher na sociedade; RAGO, 1985, no processo de higienização das cozinhas e a história das mulheres; CALVINO, 1997, análise das cidades; Barros, a história como pertencimento da cidade; CERTEAU, 2008 , a discussão da cidade; ARRAIS, 2000, a consideração de como o espaço urbano é determinado na história; SILVA, 2011, a concepção de espaço da cidade e vendeiras; ODILA, 2000, resistência de mulheres negras; THOMPSON, 2000, “a formação da classe operária” e seu pertencimento.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este trabalho apresenta como opção a metodologia qualitativa, buscando através de pesquisa exploratória e utilizando procedimentos bibliográficos e documentais (livro de entrada e saída de presos) tecer uma análise da condição e do trabalho de mulheres negras (livres e escravizadas) tendo por finalidade construir um traçado do trabalho/profissão dessas mulheres que comercializavam nas ruas do Recife, no período de 1870, dialogando com a Lei do Ventre Livre (1871) para assim observar os impactos na vida, no trabalho e nos conflitos que as envolviam.

Considerou-se pesquisa exploratória conforme Richardson (1999) que aprofunda o conhecimento das características de determinado fenômeno para procurar explicações das suas causas e consequências. Quanto à análise documental, foram selecionadas quinze mulheres negras (entre pardas e pretas) que constam nos registros de entrada e saída de presos da casa de detenção do Recife do período.

A seleção bibliográfica baseou-se na proposta da história social⁵⁷ inspirada na escola dos Annales – movimento, fundado por Bloch e Febvre (2010) – tendo em vista historiar o tabuleiro e o trabalho como condição de vida e observar a vivência coletiva das mulheres no período de embelezamento da cidade do Recife.

Em uma perspectiva de análise ampla, a historiografia por muito tempo não inseriu as mulheres no processo de significado da história, apesar de estarem presentes nela. Para Silva, 2011, contudo, a historiografia ainda caminha para um duplo silêncio, quanto à mulher e à mulher negra. De fato, as escravas negras e de tabuleiro, bem como os conflitos de rua não têm sido uma preocupação para a história, mas desvelar os silêncios da história podem revelar o que foi ocultado, durante o processo histórico.

Diante disso, ressalta-se que, dentre os estudos clássicos sobre a temática negra, esses não foram abordados diretamente. O que se pretende fazer é uma revisão historiográfica a partir da história social de escravizadas, mesmo

⁵⁷ BURKE, Peter. A história social é marcada pela finalidade de novos problemas, novos tempos e novas abordagens. É afirmando a prioridade de fenômenos coletivos levando em consideração a dimensão historiográfica. p, 20.

reconhecendo que há uma escassez de estudos sobre a temática do trabalho das mulheres negras na historiografia.

A história, na perspectiva social, chega ao Brasil na década de 1980, analisando o processo para além da dicotomia senhor/escrava(o), buscando compreender as múltiplas relações. É o caso da opção feita por Maciel Silva, quando descreve que o Recife oitocentista “não devem ser pensados através da dicotomia”, dicotomia esta associada às regiões de Plantation escravistas”. A estrutura social dos oitocentos exigia uma complexidade maior do que do que a relação senhor escravo e escrava.

É a questão suscitada por Creuza Almeida, 2012, quando se refere que, a análise e condição do papel das mulheres, que viveram em Pernambuco, abordando que, “é preciso chamar as múltiplas tradições”.

Escolherei para análise historiográfica o olhar de Almeida, 2012; Bernardo, 2005; Brandão, 1996; Cabral, 2012; Giacomini, 1988; Maciel, 2011; Moraes, 2008; 2011, ou seja, os/as historiadores e historiadoras que escreveram sobre as mulheres negras em Pernambuco, embora, isso não impeça de observar os/as que escreveram sobre a temática relativas a outras regiões, como Odila, 1995, e Giacomini, 1988.

No estado de Pernambuco, um dos trabalhos que me chamou atenção quanto às negras, foi o de Silva, 2011, que parece extremamente apropriado para falar das vendeiras e iniciar um diálogo pelo fato de ter debruçado seus estudos para século XIX. A análise de Silva, 2011, está voltada para o período de 1840 a 1870. Abrangendo justamente a escravização, período que para a historiografia é extremamente significativo em relação às vendeiras, tabuleiro, associabilidade e conflitos de rua. O estudo está situado da cidade do Recife e descreve os aspectos do cotidiano de pretas livres e forras da localidade, bem como doméstica e vendeiras. Esse texto trabalha com anúncios de jornais, imagens, depoimentos (retirados do arquivo João Emerenciano e arquivo público), tabelas e análise de pesquisas. A leitura desse texto oferece-me base de referência histórica sobre o trabalho das pretas.

O estudo de Silva, 2011, deu origem ao livro “Pretas de honra, vida e trabalho de doméstica de vendeiras no Recife do século XIX”. Um outro trecho de Silva (2016), resultado da defesa de tese, dialoga com período de 1870 a 1910, descrevendo a vida

das trabalhadoras domésticas, a cidade de Recife e Salvador. Nesse estudo, aborda a vida das mulheres livres, conflitos e laços cotidianos. O texto de Silva, 2016, deu origem ao livro “Nem mãe preta, nem negra fulô”. Este contém o tempo que marca a passagem entre o regime escravista até pós-abolição. Esta obra nos apresenta uma rica análise sobre as trabalhadoras domésticas, bem como os conflitos do tempo.

Relatando o período de 1871, período de profundas transformações na vida das mulheres escravas e trabalho (BRANDÃO, 1996) permite compreender o sentido da Lei do Ventre Livre na estrutura de dominação, mas também articulação dos poderes da província de Pernambuco, incluindo o executivo, legislativo e judiciário, bem como o eclesiástico, mas também quais as consequências da Lei do Ventre Livre na vida das mulheres negras. O texto também faz menção ao movimento abolicionista da época.

O texto de Brandão, 1996 deu origem ao livro “Ventre Livre, mãe escrava”, que relata as articulações da província, o governo e a Lei do Ventre Livre, iniciando sua abordagem antes de 1871, nos mostra que esse projeto da abolição, do ventre nascer livre interessou às lideranças políticas liberais e conservadores. Relata às expectativas da lei de 28 de setembro de 1871. A autora trabalha com tabelas e discurso da época. Mesmo o debate intenso com esses dois autores, uma autora avançou na temática, mas carece de discussão quanto às mulheres negras escravizadas e os conflitos sociais. A atualidade destas questões recoloca a necessidade de aprofundar-se quanto às questões raciais e do trabalho.

Escravidão e trabalho das mulheres negras estão historicamente associados no contexto brasileiro. A relação da servidão e escrava doméstica é a análise discursiva de Giacomini, 1988, base para a história da mulher negra no Brasil. O texto relata a vida da mulher escrava em cinco capítulos, colocando que a historiografia “negligenciou ou tratou de maneira estereotipada e superficial a escravidão”, limitando a escravizada. O texto ainda traz questões quanto ao aborto, às dimensões de resistência, às mães pretas e trabalho doméstico. O estudo de Giacomini, 1988, deu origem ao livro “mulher e escrava”, hoje esgotado, atua com imagem de mulheres negras como fonte, bem como relato de jornais.

Nos escritos de Bernardo, 2005, aborda ancestralidade e As feiras, bem como a construção de organizações das mulheres na África. Demonstra como as feiras tem

um papel fundamental na vida das mulheres em África, retrata também o simbolismo das feiras, assim como o Candomblé. O texto se inicia com a expressão do religioso, e a trajetória das mulheres negras em Brasil/África. Abrange também a relação da mulher e o homem negro na chegada ao Brasil. É muito importante considerar duas questões nos textos de Bernardo e Jacomini, o trabalho em Jacomini não é o tema central, no texto, mas dialoga com a lei do ventre livre e a condição da mulher escrava, retratando a condição da mulher negra e o sustento da cria, as relações sociais e o contexto no qual as negras estavam inseridas, e o desafio da história em reconhecer a resistência negra. É uma abordagem que podemos considerar como crítica, permitindo relações entre escrava e processos de transformação social.

O texto de Bernardo, 2005, aborda diretamente a força da mulher negra, que chega ao Brasil na condição de escrava, mas carrega consigo a vida antes, incluindo o Candomblé. Mostra que a força do simbolismo das feiras modificará o meio urbano no Brasil. Demarca os reinos Nagô-Iorubá, onde as mulheres exerciam um papel de destaque. O texto de Bernardo foi apresentado na revista de estudo da religião, com título “O Candomblé e o poder feminino”.

Alguns trabalhos apresentam as mulheres negras, sua presença no espaço urbano e o trabalho, a partir do campo das relações sociais, para relatar o problema, é o caso de Almeida, 2012, onde dialoga com os conceitos de tabuleiro, bolseteiras, entre outros, bem como análise racial, fazendo referência de que o termo que seria utilizado quando se representasse a mulher, seria no plural, mulheres, por seres múltiplas. Ela indaga, “por que mulheres e não mulher?”. Descreve também a condição de gênero e a subjugação da raça negra. Traz em seu texto uma breve análise das formas de viver e sobreviver das mulheres negras e seu trabalho. Desenvolve uma leitura quanto ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, relacionando também a reprodução da situação da pobreza generalizada. Autora trata do emprego das mulheres como sobrevivência e experiência de rua como espaço para o pequeno comércio e a gente é agenciamento deste, diariamente. Duas questões, levantadas no texto, nos interessa especialmente: conceito de tabuleiro, primeiramente, e o trabalho como condição de vida.

as articulações entabuladas por essas comerciantes de tabuleiros [...] o trabalho das mulheres ganhadeiras era imprescindível para fazer com que a engrenagem da roda da fortuna funcionasse [...] é claro que

suas atividades não confeririam prestígio, pelo contrário era danoso agenciar na rua.⁵⁸

A amostra de Gomes, 2012, analisa de forma breve a formação do Estado e nação e o reflexo em Pernambuco, traz o estudo do cotidiano negro e os seus que estavam no espaço urbano, relata a busca de homens e mulheres para terem visibilidade numa sociedade conservadora e patriarcal. Relata “os rasgos da rebeldia” como parte dos sonhos. Traz no texto o diálogo do Recife, que já no seu nascimento, a atividade de comércio já caminhava. Descreve a presença das mulheres negras vendedouras como fato constante na sociedade. O texto de Gomes, 2012, está no livro organizado por Flávio Gomes Cabral e Robson Costa, com título: História da escravidão em Pernambuco, de vários autores e autoras e o texto de Gomes, traz o título: “Ô pretos, nada de negócios de branco!”: sociabilidades, cultura e participação política dos homens de cor no processo de fundação do Estado e da Nação”. É um texto todo escrito sem imagem fotográfica. A análise do seu conteúdo interessa, pois traz a relação do estado com trabalho escravo, à resistência de rua e as vozes de rebeldia. Nesse trabalho, interessa ao estudo da temática em questão, pois traz: os rasgos da rebeldia, a mulher vendedora na rua, como condição do trabalho da mulher negra. Coloca homens e mulheres interagindo com o espaço urbano, bem como as conversas da escravaria.

Moraes, 2011, 2012 e 2016, apresenta como um bem próximo da discussão que pretendo fazer, iniciando o seu diálogo em 2011 sobre as práticas do cotidiano das mulheres livres, começa a conversar com o crescimento do Recife e as atividades do porto. Aborda que “ruas, praças e pontes da cidade” conviviam diariamente um constante “burburinho de transeuntes embalados pelos inúmeros cânticos e vozerios da numerosa escravaria e da numerosa parcela da pobreza” relata as câmaras de postura e o controle social do Estado em normatizar o espaço público. A autora, neste texto, trabalha com fonte escrita. O que me chama atenção, nesse texto, é a maneira que relata o cotidiano da cidade e o “vozerio” das mulheres, bem como o controle da sociedade e do trabalho das mulheres. Esse texto tem o título de: A câmara municipal do Recife e o controle sobre as práticas cotidianas das mulheres negras livres, libertas

⁵⁸ ALMEIDA, Sueli Creuza Cordeiro de. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco XVIII. *IN* CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. História da escravidão em Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 53-55.

e escravas na primeira metade do século XIX (1830-1850), escrito na revista de história, em 2011. Leitura com especial importância para o trabalho das mulheres negras e as câmeras de postura.

O outro estudo de Moraes, 2016, chama especial atenção que seria a dificuldade de viver o trabalho das classes escravas quando da higienização do espaço público, com a “chegada do progresso” a narrativa textual de Moraes, que acontece no cenário do Recife, aborda os conflitos de uma cidade agora vigiada por agentes do Estado, restringindo o trabalho. O texto traz o título: “Cidade vigiada: cidade civilizada”: impressões sobre a difícil convivência entre o progresso e a pobreza no Recife Imperial (1830-1850) apresentado em 2011.

Uma outra narrativa de Moraes, 2012, traz novamente a temática das mulheres, desta vez ligando homens e mulheres que usam espaço público para sobrevivência. Descreve a elaboração do Código de Processo Criminal (1832-1842), quando a intenção das “elites locais” era deixar a população cativa, ordeira e reprimida. Tanto homens como mulheres pobres. Onde, neste momento, a política de segurança exercia as funções de polícia. É uma leitura que interessa a temática dos conflitos de rua enfrentados por quem da rua sobrevivia. A autora utilizou o estudo de outros e outras que escreveram sobre a temática.

Por fim, trago o pressuposto teórico de duas outras autoras: Odila Dias, 1994, e Graham, 1992, que constitui também as bases do estudo em questão. O estudo de Graham que me parece apropriado também para propiciar o diálogo, concentra-se sua análise no período de 1860 a 1910, abrangendo o momento histórico do Brasil na escravidão até o pós-abolição. Estudo localizado no Rio de Janeiro. Oferece uma base de referência da história na temática, refletindo sobre as questões enfrentadas no processo analisado. Seus estudos deram origem ao livro: Proteção de obediência, criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. Esse trabalho nos oferece uma análise minuciosa sobre as tensões entre casa e rua, nesta sua análise diz que o serviço doméstico, ficava a “carga de mulheres escravas e mulheres livres”. Graham, no entanto, não aborda que, em relação às mulheres negras escravas o trabalho era uma questão de dominação de raça da relação escravista, o que valia era a “posse do senhor”, independente da condição de trabalho.

Em relação à Dias, 1988, traz a força do trabalho das mulheres, estas no cotidiano do “ganho peão” que não teria sido documentada nas fontes escritas, o que resta são “fragmentos surdos de suas tensões”. Trás o espaço urbano restringindo espaço das quitandeiras. O texto nos relata vários trabalhos das mulheres. Trabalha com fonte escrita e traz diversas tabelas de análise do tempo, do trabalho das mulheres no mundo. O que torna interessante no trabalho de Odila é a relação de poder. É recheado de inventários documentados. Finalmente, os desafios trazidos pelos estudos são muitos, principalmente o desafiar de dar voz ao silêncio das mulheres negras.

Pode-se lembrar que o discurso ideológico que sustentou a desvalorização das mulheres negras foi uma estratégia fundamental para se sustentar a exploração e a dominação das mulheres como algo natural por parte da ordem da sociedade escravista, patriarcal e dominadora. As questões giraram sempre em torno de que o trabalho era coisa de negra, problema extremamente gerado para a negação da sujeita.

Considera-se útil a produção da análise desses e dessas autoras e autores sobre a relação do trabalho, sobrevivência e cotidiano das mulheres, bem como o olhar além da dimensão escravo, escrava/senhor. Considerando também uma análise a partir da divisão sexual do trabalho, que ultrapassa a simples demonstração das desigualdades. Trazem uma visão do sistema, como “aquilo que não é totalmente dominante”, constrói uma abertura para o entender do movimento e a sua subversão à ordem.

Na prática, sempre houve mulheres negras que estiveram tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução. Como afirma a Carrasco, 2001, “a reprodução humana como um processo social nunca foi utilizada categoria analítica central nos estudos das sociedades”. Quando se fala da vida do cotidiano, é o vivido que dará vida ao conceito (MARTINS, 2008). Nesse sentido, o vivido pelas mulheres negras, escravas ou livres, estará inserido na historicidade do social.

Na leitura com o movimento negro e de negra, a identidade racial e a questão da pobreza, serão fatores que estarão imbricadas na realidade e na luta política dos/das sujeitos/sujeitas coletivos. Identidade, diferença, igualdade e desigualdade se configuram em uma relação social específica.

A questão da metodologia é amplamente discutida no contexto escrito desse e dessas autores e autoras, problematizando a relação do/da pesquisador/pesquisadora ao contexto na relação com o objeto da pesquisa. É muito interessante a análise que utilizarei levando em consideração a minha própria experiência de ser negra, ter sido empregada doméstica, e agora usando minha experiência como pesquisadora para tratar das questões do método para reproduzir conhecimento, hoje relevante ao debate da epistemologia e da teoria social Negra.

Essa questão metodológica é apresentada por Vidal, 2017, problematizando pesquisadora/pesquisador externo e externa ao contexto na relação com o objeto de pesquisa.

Um outro autor para narrativa de dados é Costa, 2007, toma como categoria de análise as empregadas domésticas, pondo em questão uma narrativa hegemônica de nação, baseia-se no mito da democracia racial, colocando no centro da sua análise as relações de poder, as questões de raça, de classe e de gênero. Coloca a abordagem do emprego doméstico com sujeito das relações de trabalho e sujeito da ação na reprodução de saberes, revelando “realidades produzidas como inexistentes pela relação indolente”⁵⁹.

Assim, o recorte bibliográfico, feito por escolha sobre os pontos que serão tratados e ressaltados, resultará em interpretações se integrarão às referências documentais como parte de um processo de dialógico implicado na produção do conhecimento

3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

Não se pode pensar educação sem levar em consideração a realidade concreta criada pela herança cultural, pela evolução econômica e a estruturação do poder político, pois “a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está imerso.”⁶⁰

⁵⁹ COSTA, Emilia Viott da. Brasil: história, textos e contextos. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2015.p. 253.

⁶⁰ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002.

Cabem aos que querem compreender o processo educativo brasileiro a sensibilidade, a disposição e a disponibilidade para comparar e analisar os rastros deixados pela história que influenciam diretamente na educação vigente. É preciso uma disposição radical para ler, ver, ouvir e contar e assim, “a história, dessa forma ajuda-nos a olhar a realidade com paciência: afinal, as coisas demoram muito a mudar...”⁶¹

A educação brasileira percorreu um longo caminho para se implementar como um sistema possível a todos. Na ação educativa jesuítica de ensinamento aos gentis, tem-se seu primeiro ensaio, visto que não se pode considerar de fato como educação, já que seu intuito era de promover o processo de aculturação do nativo objetivando utilizá-lo como força de trabalho através da imposição da aprendizagem da língua portuguesa e de uma “nova interpretação da vida e da morte”⁶² postulada nas escrituras sagradas.

As condições objetivas que favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social, e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a colônia, através da formação mesma dos padres da Companhia de Jesus. A primeira condição consistia de uma minoria de donos de terras e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos. Apenas àqueles cabia o direito à educação [...] era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava à educação escolarizada.⁶³

Destaca-se que esse ensino era completamente alheio a realidade da colônia. Entre os objetivos da ação Jesuítica era: recrutar fies e servidores, ambos atingidos pela ação educadora. Com os olhos voltados para fora e impregnada de uma cultura intelectual transplantada, alienada e alienante.

Foi, a educação dada pelos Jesuítas à classe dominante, transformada em educação de classe. Essa educação não foi modificada, mesmo quando a demanda

⁶¹ GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. História da educação. Rio de Janeiro: PD&A, 2001. p. 17

⁶² XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. História da educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

⁶³ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002.p.33

pela educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixa da população e obrigando ao estado a ampliar sua oferta escolar.⁶⁴

Diversas dificuldades decorreram no sistema educacional, da expulsão dos Jesuítas em 1759 até as primeiras providencias para substituí-los, transcorram 13 anos. Mesmo assim, não mudou a situação. Os Jesuítas mantiveram seus colégios, seminários e formação dos seus sacerdotes.

O século XIX, no Brasil, viu o surgimento de novo desenho da estratificação social mais complexa, com uma camada social intermediária.

Essa classe desempenhou relevante papel na evolução da política no Brasil monárquico e nas transformações porque passou o regime no final do século. E se ela pôde fazê-lo, isso se deve sobretudo ao instrumento do que dispôs para afirmar-se como classe: a educação escolarizada.⁶⁵

A educação está relacionada a uma sociedade, bem como a época em que está inserida, mas também em consequência do pertencimento dos indivíduos a um gênero, a uma raça, etnia, a uma classe social e a uma fase da vida.⁶⁶

No processo vivenciado por africanos e africanas e seus e suas descendentes, reconhecidos e reconhecidas como afro-brasileiros, tem ao longo da história elaborado um pensamento próprio reconhecendo que sua história começa na África, assim como suas raízes étnicas. Lutando para assumir de forma plena seu papel na sociedade.

As experiências educativas indicam para o povo negro o desejo de romper com o discurso sobre negros e negras que o/a marginaliza, rejeita. Ações que ao longo dos tempos, vem gestando sua educação. Referências criadas nas diferentes

⁶⁴ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002.p.35

⁶⁵ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002.p.37

⁶⁶ GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. História da educação. Rio de Janeiro: PD&A, 2001. p. 61.

circunstâncias históricas. Das escolas de iniciação das culturas tradicionais africanas, dos terreiros das religiões afro-brasileiras, da irmandades, grupos congada⁶⁷.

O olhar dos movimentos sociais para a educação, e, particularmente do movimento negro, trouxe reivindicações, mas também problematizações teóricas e ênfases específicas para a educação brasileira⁶⁸. A mulher negra não aceitou a escravidão, isso precisa ser contado nas escolas, a resistência negra deve ser um compromisso de toda a sociedade.

Nesta perspectiva, a cartilha “As negras de tabuleiro e os conflitos de rua em Recife dos oitocentos” estará presente para o público de adolescentes e jovens, dos anos finais dos 6º aos 9º anos, perfazendo o percurso das 309 unidades escolares do município de Recife, atingindo direta ou indiretamente, 90 mil estudantes da rede Municipal de ensino da cidade do Recife, incluindo todas e todos que acreditam numa cidade sem racismo e cheia de história para contar, pois o “racismo é um fardo muito pesado para carregarmos sozinhas e sozinhos.

O produto a ser elaborado será ilustrativo, em formato de texto, nele constará o contexto histórico do Recife onde as negras estavam inseridas, viviam e da cidade retirava sua sobrevivência na condição de escrava ou livre, vivia do trabalho, considerado “coisa de negra”.

Constarão os locais de comércio de negras de tabuleiro, quitandeiras, lavadeiras, entre outras tendo em vista demonstrar que essas mulheres tinham ocupação ou profissão aos estarem nas ruas. Durante esse processo de organizar a cidade teve muito “rasgo de rebeldia, vozerio, que iriam para na casa de detenção do Recife, para substituir a primitiva Polé, que, de acordo com Carvalho, 2010, seria um instrumento de tortura, formado por um poste, com uma roldana no alto por onde passava uma corda com utilização para levantar sua vítima pelos braços, ou pelas pernas.

⁶⁷ GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVA, Lucia Maria de Assunção Barbosa. O pensamento negro em educação no Brasil. São Paulo: Editora Universidade Federal de São Carlos, 1997. P.11.

⁶⁸ GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc. Campinas, V.33, Nº 120, jul-set 2012. p. 20.

Tendo em vista substituí-lo, constroem a Casa de detenção do Recife, a ser edificada na área nobre da Ilha de Santo Antônio, o que levou seis anos o processo de sua construção, inaugurada em 1856. Era neste espaço que as mulheres negras chegavam trazendo seus conflitos e, hoje, pode-se observar além das partes que eram a elas implicadas (roubo, não cumprimento de contrato de trabalho, balburdia, entre outros), profissões e outros elementos podem ser observados como objetos de pesquisa.

A partir das informações obtidas nos livros de entrada e saída de presos, tecer-se-á o enredo, que terá como protagonista a pequena Caetana, que no espaço de tempo de um dia, narrará sua rotina de trabalho juntamente com sua mãe apresentando ao leitor – sob seu olhar infantil, mas com a dureza implicada pelo sistema escravista – a história das mulheres pesquisadas, que atuarão, também, como personagens dessa história. Além disso, a menina apresentará as transformações do espaço urbano da cidade do Recife e os conflitos de rua resultantes dessas mudanças e higienização do espaço.

Pretende-se que a cartilha tenha entre dez e vinte páginas, produzida em papel couchê, colorida, com letras grandes e que no final apresente um jogo da memória com figuras ilustrativas da época.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Tem-se por proposta a elaboração de uma cartilha intitulada de “As negras de tabuleiro e os conflitos de rua em Recife dos Oitocentos” tendo em vista a

ampliação do diálogo para implementação da educação para as relações étnico-raciais em cumprimento a edição da Lei nº 11.645/08, que tornou a modificar o mesmo dispositivo da LDB alterado pela Lei nº 10.639/03, estendendo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e ensino médio público e privado.⁶⁹

⁶⁹ Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013. p.18.

E, assim, estabelecer-se como instrumento didático pedagógico na construção e reconstrução da identidade negra.

A proposta do produto é em formato de texto narrativo com ilustrações e imagens da época, que localizarão o leitor no período em questão. A narrativa apresentará o cotidiano dessas mulheres a partir das impressões e da vivência da protagonista, Caetana, e do resgate de memória de sua avó.

A cartilha se propõe a reconstruir o contexto histórico específico do Recife oitocentista no qual as negras estavam inseridas e da cidade retirava sua sobrevivência na condição de escrava ou livre.

Para a construção do cenário constarão os locais de comércio de negras de tabuleiro, quitadeiras, lavadeiras, entre outras. Demonstrar-se-á que essas mulheres tinham ocupação ou profissão ao estarem nas ruas, que, gritavam, brigavam, criavam rede de solidariedade, mas que, por conta do processo de ordenamento da cidade eram vistas como classes perigosas e por isso ao infringirem à lei eram levadas à Casa de Detenção.

Nesta perspectiva, a cartilha “As negras de tabuleiro e os conflitos de rua em Recife dos Oitocentos” tem em vista possibilitar novos diálogos, fundamentada na Lei 11.645/08 acerca da atuação das mulheres pretas, livres e escravas, que fora reduzida pela historiografia somente à condição escravizada. A cartilha, também, é uma experiência de vida.

5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

Quanto à aplicabilidade, sendo a escola um espaço de construção da consciência crítica, a cartilha possibilitará além da abertura de um diálogo ainda invisibilizado acerca da população negra e a participação dessas mulheres na construção da cidade do Recife, também, a resistência e luta social do povo negro. Sendo assim, o que justifica a aplicabilidade do produto, primeiramente, é o

reconhecimento do povo negro a partir de outras perspectivas demonstrando que esses tiveram participação plena na formação da cidade, que não aceitaram o processo de escravização assim, elevando a autoestima do povo negro como, também, o cumprimento da Lei: 10.639/03.

As modificações no artigo 26 A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promovidas pelas leis n. 10.639/2003, e n. 11.645/2008, tornam obrigatório o estudo da história e culturas africanas e indígenas, o que se traduz em um documento que de maneira ímpar possibilita conhecimentos sobre a contribuição africana e indígena para construção da identidade e da cultura brasileira.

“A história do continente africano começa a ser contada sem o rancor colonial e diminuidor sobre a população negra”⁷⁰. É uma lei que ainda apresenta dificuldades para sua implementação, pois essa ação depende de uma série de outros fatores já que as práticas pedagógicas e rotinas da educação devem estar plenamente orientadas para relações sociais igualitárias, as quais requerem o reconhecimento e a valorização da contribuição de mulheres e homens africanos e indígenas e seus descendentes para a formação social brasileira.

Segundo a Resolução CNE|CP n. 01| 2004, caberá às escolas incluírem no contexto de seus estudos e atividades cotidianas, tanto a contribuição histórica – cultural dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos quanto `as contribuições de raiz africanas e europeia. É preciso ter clareza de que o Artigo 26, acrescido à lei n. 9.394/96, impõe bem mais do que a inclusão de novos conteúdos, mas exige que se repense um conjunto de questões: as relações étnicorraciais, sociais e pedagógicas; os procedimentos de ensino; as condições oferecidas para a aprendizagem e os objetivos da educação proporcionada pelas escolas.

Só em função da Lei 10.639/03 já contemplaria a aplicabilidade da cartilha. Contudo, visibilizar a luta do povo negro e suas conquistas possibilita a ampliação e a desconstrução da história única.

⁷⁰ BOTELHO, Denise e NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Educação e religiosidade afro-brasileiras: a experiência dos candomblés.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de escravização forçou negras e negros a desembarcarem em terras desconhecidas para exercerem diversos tipos de trabalhos forçado, sem dignidade e respeito. Nesse, relegaram seres humanos a transmutarem para a condição de objeto “semimóvel - meio gente, meio animal” em prol de uma lucrativa empresa açucareira e manutenção do sistema escravista.

As negras e os negros que aqui chegaram, fundiram a construção deste país com suor e sangue, pois esta terra, para elas e eles, nunca “jorrou leite e mel”⁷¹, apenas dor e sofrimento, que de modo maestrino foram traduzidos pela população negra em luta e resistência durante o período dos tempos sombrios.

Durante esse longo processo de construção da sociedade brasileira, as mulheres negras tiveram um papel salutar com seu trabalho, seus corpos e seus ventres... foram tudo que o colonizador quis que fossem, só não foram frágeis. Como esta pesquisa elucidou, exerceram trabalhos diversos que, por muito, a história reduziu à condição escrava.

Contudo, as entrelinhas dos arquivos do livro de entrada e saída de presos da Casa de Detenção do Recife elucidaram que essas mulheres negras (livre e escravas “de porta dentro e porta afora”⁷²), apesar de experienciar de modo diferente as situações do trabalho de ganho, exerceram profissões como lavadeira, vendedora, quitandeira, serviço doméstico, cozinheira, costureira estabelecida através de contrato de trabalho.

É de suma importância tanto para a historiografia, quanto para esta produção pontuar que o livro de número 31, referente aos registros do ano de 1870, não está mais disponível para consulta nem manual, nem digital devido ao desgaste natural. Nesse contexto, fica a história das mulheres comprometida devido ao apagamento das fontes.

⁷¹ SILVA, Wellington Barbosa da. Entre sobrados e mocambos: fuga de escravos e ação policial no Recife oitocentista (1840-1850). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 145.

⁷² CARVALHO, Marcos JMD. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. p.106.

Quanto à importância dos registros de arquivos Farges (2009) pontua que,

o arquivo é uma brecha no tecido dos dias, uma visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história. O arquivo não escreve páginas de história, descreve com palavras do dia a dia. E no mesmo tom o irrisório trágico. Onde o importante para administração é saber quem são os responsáveis e como puni-los.⁷³

Foram “as pegadas” deixadas no arquivo Jordão Emerenciano, entre outras, que possibilitaram esta pesquisa a traçar a linha do tempo das mulheres negras, seus conflitos e práticas de trabalho. Assim como, (re) construir o cotidiano, visto que esse “diz mais de uma sociedade e de um indivíduo do que a própria identidade”⁷⁴.

As mulheres negras construíram caminhos, caminharam pelas ruas aos gritos, ou nos interiores das casas vendendo seus produtos. Foram e ainda são muitas pretas, pardas e negras como: Cacilda, Joana, Cândida que ousaram fazer o motim e a balbúrdia; se engajaram em laços de solidariedade, em relações de trabalhos, de conflitos. Ofereceram o seu Labor em troca de dinheiro, mas também de sustento dos seus e suas filhas, foram atraídas também por uma profissão, fizeram da Rua a casa, relacionando com os diversos, mas também com os pares, estiveram na honra e na desonra. Desafiaram todo contexto patriarcal e escravista, desafio também perpetuado na identidade de gênero, classe e raça. Estando na pirâmide mais baixa da sociedade. A desconfiança sempre da sociedade permearam a vida das mulheres negras no Recife dos oitocentos. As negras simbolizaram sempre o mundo da rua, era na rua que escutava e falava tudo. Sendo na rua na cultura patriarcal, o lugar da vida fácil, das prostitutas, indecentes.

Muitos das pegadas das mulheres negras de tabuleiro ainda precisa ser contada. Neste contar é de suma importância o referendo a Lei 10.639/03 onde a

⁷³ FARGES, Arlett. O sabor do arquivo. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 2009. p. 14.

⁷⁴ CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Arte de fazer 7. Editora Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 31.

história do povo negro deve ser contada para que o apagamento da memória não se torne uma realidade.

7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

Livro de entrada e saída de presos do arquivo público Jordão Emerenciano:

1. Isabel Inácia, filha de Manuel Francisco dos Anjos e Inácia Teresa de Jesus. Natural de Goiânia, 31 anos, parda. Profissão: costureira. Foi presa pelo delegado de plantão por insultos, deu entrada no dia 24 de fevereiro de 1870 e saiu no dia 25 de fevereiro. Foi solta pela autoridade. Nº do inventário: 2297. Não constam folha e número;

2. Clara Maria da Conceição, 30 anos, natural de Goiânia. Casada em condições de amancebada, preta, livre, estrutura de quatro pés e sete polegadas, cabelo crespo no casco, nariz chato, olhos pretos, lábios grandes, falta de dente na frente, corpo regular. Profissão: costureira. Foi presa pelo comissário José por Insulto e afronta a moral pública, entrou 26 de fevereiro e saiu 27 de fevereiro de 1870. Solta pela autoridade. Não constam folha e número;

3. Marcolina Belarmina de Olinda, natural da Paraíba, filha de pais incógnito, 42 anos, casada com José de Jesus. Profissão: costureira, apenas consta que foi presa por insulto. Não constam folha e número;

4. Marcelina, filha de pais incógnitos, natural da Paraíba, 25 anos, solteira, preta, estatura quatro pés e sete polegadas apressado, cabelo crespo com carapinhos, corte comprido, olhos pretos, nariz chato, boca grande com todos os dentes na frente. Escrava de Lino de Farias. Profissão: serviço doméstico, presa pelo senhor Epaminondas, por estar em fuga no Recife. Presa por desordem, entrou no dia 26 de fevereiro e saiu dia 28 de fevereiro de 1870, solta pelas autoridades. Não constam folha e número;

5. Francisca Ferreira de Lima, 35 anos, natural de bonito, filha de Antônio José e Josefa de tal, solteira, parda, livre, estatura 4 pés e 8 polegadas, cabelo crespo curto encaracolado, olhos pretos, nariz grosso, braços e perna regular, com todos os dentes da frente, pele seca. Profissão: costureira. Presa pelo inspetor Manoel Coutinho e

solta por José Prisão, Sem parte, entrou em 27 de fevereiro e saiu no dia um de Abril de 1870. Observação: chamada em 28 de Fevereiro pelo comissário e colocada no castigo no dia um de abril foi apresentada e solta pela autoridade. Não constam folha e número;

6. Ângela Maria da Conceição, filha de Manoel Maria Rita da Conceição, natural de Pajeú de Flores, 26 anos, solteira, parda escura, estatura de quatro pés 8 polegadas, e 2 pontos, cabelo crespo encaracolado, olhos pretos, nariz afilado, boca grande com falta de dente na frente, corpo gordo. Profissão ou ocupação: meretriz. Presa pelo senhor de tal subdelegado da Boa Vista. Motivo sem partes, entrada 28 de fevereiro de 1870 com saída em 11 de Março de 1870. Observação: primeiro de março é submetida ao castigo. Solta pela autoridade. Não constam folha e número;

7. Ana Joaquina da Anunciação, filha de Manoel Ivaldo e a mãe não conhece, casada com José Ezequiel de Lima, parda escura, livre, estatura 4 pés e 7 polegadas, cabelo curtos e crespo, olhos pretos, nariz chato, braços grandes com falta de dente na frente, corpo regular. Profissão: lavadeira. Presa por Francisco Arquelino de Rosa subdelegado da Boa Vista, presas sem parte. Solta pela autoridade. Entrou 11 de março e saiu vinte de março de 1870. Não constam folha e número;

8. Jacinta Franquelina de França, filha de Jacinto José Zé e Maria Francisca da Paz, natural de Recife, de condição livre, estatura quatro pés 10 polegadas, cabelo crespo carapinhas, corte curto, olhos pretos, nariz chato, boca e corpo regular, com todos os dentes da frente cabendo. Profissão ou ocupação: costureira. Presa por autoridade de tal comissário Messias, sub autoridade de Santo Antônio, foi presa por afronta a moral pública. Entrou no dia 30 de março de 1870 e saiu 4 de abril de 1870, solta pela autoridade. Nº 03, folha: 05;

9. Cândida Maria da Paz, filha de Silvio de Faustino Rodrigues da Conceição e Josefa Maria da Conceição, natural de Goiana, solteira, parda, livre, estrutura com 4 pés e 6 polegadas, cabelo crespo curto, corpo regular, com todos os dentes da frente, um braço, boca grande. Profissão ou ocupação: engomadeira. Presa pelo senhor de tal José dos Santos Silva, autoridade de Afogados presa em flagrante pelo comissário trazendo o endereço de seu Farias presa dia 23 de março e solta 29 de março. Nº 18, folha: 62;

10. Taciana, filha de pais incógnitos, africana, 40 anos, preta, solteira, escrava, de tal estrutura com quatro pés de polegadas, cabelos carapinhos com dente na frente, nariz achatado, braços grandes. Profissão ou ocupação: quitandeira presa pelo delegado de tal, junto com mascate subdelegado de Santo Antônio. Nº 26, folha: 65;

11. Antônia Alcina Felipa, filha de José Francisco dos Santos e Maria da Conceição, natural de Olinda, 40 anos, solteira, parda na qualidade, estatura 4 pés e 7 polegadas; cabelo crespo, com fios curtos, nariz afilado, com todos os dentes na frente, de cor parda. Condição: livre. Profissão: ama. Conduzida pelo subdelegado Benedito Alaviniano a ordem de quem foi presa e se achava a disposição do subdelegado de Polícia. Nota da culpa: perturbação e distúrbio. Entrada 20 de março e saída 22 de março de 1872. Nº 149, folha: 13;

12. Cecília, filha de pais incógnito, natural de Jaboatão, idade 33 anos, estado solteira, cor ou qualidade: parda, condição de escrava de Ermelinda Cândida Augusta, estatura: signais^{sic} saliente, estatura: 4 pés e 8 polegadas, cabelos crespos e preto, olhos grandes, nariz grossos, braços grandes, faltando dente na frente, rosto comprido, corpo: regular, analfabeta. Profissão: serviço doméstico. Fora conduzida pelo subdelegado: Antônio José Salgado de Albuquerque, a presa se acha à disposição do subdelegado do poço, a nota da culpa: sujeita por andar fugida. Ela deu entrada em 15 de setembro de 1874 e saída 17 de setembro de 1884. Solta pela mesma autoridade. Página, 05, não consta o número de folha.

13. Joanna, filha de pais incógnitos, natural de Malsão, 20 anos, cor: parda, condição: escrava de Lelícínia Barbosa de Lucena, estatura ou signais^{sic} salientes: estatura de 4 pés 9 polegadas, cabelos crespos castanhos, olhos pretos, nariz chato, boca grande, corpo: regulaço, falta de dente na frente, rosto comprido com marcas de espinha, analfabeta. Profissão: serviço doméstico. Foi conduzida pelo soldado João Tavares, se acha à disposição do subdelegado de polícia. Nota da culpa: ter fugido. Entrou em 17 de setembro e saiu em 24 de setembro. Observação: solta pelo oficial doutor chefe de polícia. Página,07, sem número de numeração.

8. BIBLIOGRAFIA

FONTES:

APEJE (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano)

- Livro de registro de entrada e saída de presos, 1870-1880.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Sueli Creuza Cordeiro de. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco XVIII. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

ALONSO, Ângela. Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004.

BARROS, José D'Assunção. Cidade e História. Petrópolis: Rio de Janeiro: 2007.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou ofício do historiador. Trad. Amanda Colin. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminino e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Flávio José Gomes. "Ó pretos, nada de negócios de branco!:" sociabilidades, cultura e participação política dos homens de cor no processo de fundação do Estado e nação. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

_____; COSTA, Robson. História da escravidão em Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

CARVALHO, Marcos JMD. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. 1ª ed. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Arte de fazer 7. Editora Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996,

COSTA, Emilia Viott da. Brasil: história, textos e contextos. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2015.

BERNARDO, Teresinha. O candomblé o poder. Revista estudos da religião. Nº 2, pp. 1-21, 2005.

BOTELHO, Denise e NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Educação e religiosidade afro-brasileiras: a experiência dos candomblés, 2015.

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): A revolução Francesa da historiografia. Trad.: NILO, Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações sociais no PPGE/UFPE. Org.: SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene. Editora Universitária: UFPE, 2010. p.09.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

FARGES, Arlett. O sabor do arquivo. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. História da educação. Rio de Janeiro: PD&A, 2001. p. 17

GIACOMINI, Sônia Maria. Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc. Campinas, V.33, Nº 120, jul-set 2012. p. 20.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 52.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVA, Lucia Maria de Assunção Barbosa. O pensamento negro em educação no Brasil. São Paulo: Editora Universidade Federal de São Carlos, 1997.

História da escravidão em Pernambuco. Organizadores: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

KOSTER, Henri. Viagens ao nordeste do Brasil. 2ª Ed. Prefácio e tradução de Luís da Câmara Cascudo. Recife: Sec. Departamento de Cultura, 1978.

MAIA, Clarissa Nunes. Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008.

MORAIS, Grasiela Florêncio de. A Câmara Municipal do Recife e o controle sobre as práticas cotidianas das mulheres livres, libertas e escravas na primeira metade do século XIX. João Pessoa: Revista de história, 2011.

_____. As imposições da “nova ordem” as prefeituras de comarca e o controle sobre as mulheres populares no Recife (1836-1842). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

_____. Clio: Revista de Pesquisa Histórica. ISSN: 25255649- nº34.2. 2016.

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

RODRIGUES JÚNIOR, Luiz Rufino. Pedagogia das encruzilhadas. Revista Periferia. Vol. 10, nº1, pág. 71-88, jan/jun, 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002.

SILVA, José Bento Rosa da. As tessituras da liberdade no Pernambuco oitocentista (Recife: 1883 e 1884). Sankofa. Revista de História da África e de Estudo da Diáspora africana. Ano XI, Nº XXI, setembro/ 2018. p.12.

SILVA, Maciel Henrique. Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendeiras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Editora Universitária UFPE, coedição, Salvador: UFBA, 2011.

_____. Nem Mãe preta, nem Negra Fulô. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

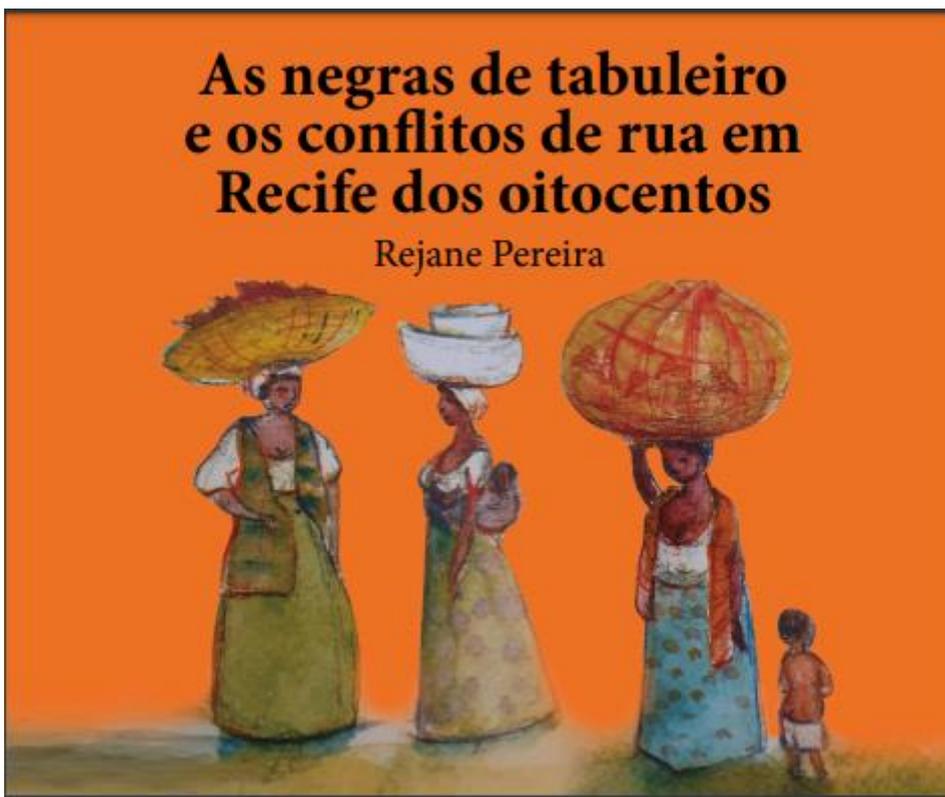
SILVA, Wellington Barbosa da. Entre sobrados e mocambos: fuga de escravos e ação policial no Recife oitocentista (1840-1850). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. Ventre livre, Mãe escrava: A reforma de 1871 em Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 1996.

8. APÊNDICE

As negras de tabuleiro e os conflitos de rua em Recife dos oitocentos

Rejane Pereira



Aroma de canela

Todos os dias em minha casa, o sol já desponta com o cheiro de canela, parece que ele sempre está seguindo, assim como nossas vizinhas, o delicioso aroma proporcionado pelo cozimento das folhas da enorme árvore que fica no meio do nosso terreiro.

Dia após dia, mamãe me acorda, assim como aos meus irmãos, com beijos e sussurros dizendo que já está na hora de levantar. Sempre faço de conta que ainda estou dor-

mindo, porque acho muito especial o jeitinho como ela faz. Não digo a ninguém, acordo mesmo é com o delicioso cheirinho do preparo dos doces. Despertar na minha casa não é tão fácil, sempre indica que temos obrigações e, por isso, fico preguiçosa em minha cama.

Mamãe insiste:

– Caetana, acorde. Vá com sua irmã buscar água lá do rio para tomar banho e eu poder juntar um pouco d'água para lavar as panelas.

Repentinamente, abri os olhos e disse:

– Se eu for, a senhora deixa eu comer sozinha as raspas do doce?

– Claro que não! Tem muita gente para comer e como o doce é sagrado, temos que dividir. Ah! Anna está trazendo Dona Clara para eu rezar. Deixe de conversa, se arrume, vá simhora e volte logo!

O povo do rio

Saímos correndo, cada uma com seu galão de gás, apostamos corrida, eu cheguei primeiro. Cansada parei e fiquei a observar a conversa de duas lavadeiras. Não consegui entender sobre quem elas comentavam, achei estranho estarem cochichando, pois assim como minha mãe, todas sempre falam muito alto, um vozerio só. Lavadeiras sabem da vida de todos do arrabalde, nada lhe escapa aos ouvidos e olhos, elas levam e trazem informações. Só deu para entender que alguém tinha sido

preso à noite e levado para a nova prisão.

– Caetana! Vamos. Disse minha irmã.

Contei a ela sobre o que tinha escutado, mas não deu muita importância. Só lembrou que mamãe nos esperava em casa.

Voltei contemplando o colorido que as roupas estampavam nos verdes dos matos, nos cantos dos passarinhos, nas águas limpas do rio, fiquei me perguntando por que



Visão do Ponte Nova do Rio. Data de Publicação: 1861-1865. Desenhado por Schlegel.

nós não podíamos tomar banho logo ali, seria menos cansativo. Não quis perguntar a minha irmã, seria só palavra jogada ao ar, Josefa não gosta de muita conversa tem os olhos tristes e longínquos, mas às vezes brinca comigo.

Regressamos em silêncio, por conta do peso das latas de água, parei e observei as canoas que deslizavam vagarosamente pelo extenso rio. Tinham de vários tipos, várias cores, umas com cargas, outras transportando pessoas, pareciam desfilar. Ao vê-las, lembrei-me que papai já havia me dito que queria ser canoeiro, mas para exercer essa profissão era necessária especialização, pois exigia conhecimento do rio.

Memórias de mulheres

Ao chegar na casa, peguei a roupa e corri para o banheiro. Precisava ser rápida para dar tempo de mamãe fazer meus pitós. Percebi que havia um burburinho, mesmo assim sentei-me no tamborete da cozinha com o pente e o cordão.

– Menina, você não vai sair assim com sua mãe, né?! É feio deixar esse cabelo para cima.

Fiquei chateada com o comentário de dona Clara. Acho

que ela só disse isso porque tem o cabelo mole.

– Mamãe, estou pronta para a senhora ajeitar meu cabelo.

Ela não escutou, estava conversando com Dona Clara e dona Anna. Acho que algo importante. Só não é muito para dona Clara que continuava a me olhar com um ar de repreensão. Fiquei na espera.

– Eu num te disse que é assim. Pode ser com qualquer uma de nós. Disse dona Clara.

– Cândida Maria, a engomadeira, filha de seu Silvino Faustino?!

– Sim, José me disse ela foi levada ontem, porque estava vendendo sem permissão os objetos do senhor Farias.

– Não sei se é verdade, mas há vozerios que só a prenderam por conta da cor dela. Comentam que prendem qualquer um que comercialize na cidade em lugares que os policiais não deixam e se for preto...



Casa de Detenção.
Data de Publicação: 1861.
Desenhista: Leo Schappert.

– Qualquer um, não. Duvido! Comentou dona Anna.

– José disse que estão ordenando o trabalho para deixar a cidade mais bonita. Igual da Europa. Acho certo em parte. Completou dona Clara.

– Escutei meu senhor dizendo que estão fazendo isso porque quer acabar com nossos ajuntamentos. Acho que eles sabem que passamos as informações. Querem novamente nos separar.

Apesar de estar muito curiosa sobre o que estavam falando. Chamei novamente minha mãe:

– Mãe, ajeita meu cabelo não quero sair com esse fuá. Todos ficam rindo.

– Estou indo, filha.

Enquanto esperava, fiquei a olhar o doce fervilhando dentro da panela. As borbulhas me lembravam as bolhas de sabão que se formavam nos lençóis das lavadeiras. Mulheres livres, assim como minha mãe ou escravas como dona Anna, que quase todos os dias iam lavar roupas na beira do rio sob contrato estabelecido com os senhores.

Dona Anna preta pediu que eu me afastasse um pouco do fogão de carvão para que os respingos não queimassem minha pele. Mamãe continuava conversando com as mulheres, mas eu estava querendo saber algumas coisas, comecei minha indagação:



Praça de Santos.
Data de Publicação: 1878.
Desenhista: Carl F. A.

– Dona Anna, por que temos sempre que prender o cabelo? Por que as pessoas têm cores diferentes?

– Calma! – Exclamou dona Anna – Uma pergunta de cada vez.

Calmamente respondeu dona Anna preta:

Todas as pessoas apresentam no corpo as marcas de onde vieram. Nós, por exemplo, temos cabelo crespo. O meu carapinho vem do meu pai e da mãe.

A pesar dela não ter respondido a outra pergunta, minha cabeça começou a fervilhar como o doce que está na panela.

– Mãe, a senhora pode me explicar por que as pessoas têm cores diferentes? Meu cabelo é igual de vó Josefa ou de vó Antônia? A senhora nasceu na África?

– Essa menina é muito curiosa, não temos tempo. Iracema, amanhã voltamos para terminar a reza. Finalizou dona Clara.

– Cema, quando for para Aurora me chama, vou comprar frutas.

Não gosto muito de dona Clara, ele sempre me interrompe e fica mandando me arrumar, parece uma sinhá.

– Filha, fique bem quietinha que vou te explicar tudo. Bem, o que você quer saber primeiro?

Comecei despejando tudo de uma vez, mamãe me inter-

rompeu e como sempre de um modo muito doce iniciou falando sobre seus ancestrais.

– Minha pequena, sua vó Antônia adorava falar sobre o país que ela nasceu, África, dizia que essas muitas cores na pele das pessoas aqui em Pernambuco é o resultado dos povos que aqui desembarcaram por isso você vê pretos, pardos e brancos que vieram pelo atlântico, assim como os que já estavam nessas terras.

– Como a avó de Zé?

– Sim, ela é índia.

– Mãe, mas Zé não parece tanto com ela.

– Sua avó comentava que ele era filho de um senhorzinho. Mas isso não é para sua idade.

Fiquei muito curiosa para saber a história de Zé, mas deixei ela continuar.



– Nem todos vieram porque aqui queriam estar. Assim como vó Antônia, outros negros que foram trazidos à força. Ela contava que lá eles eram livres, algumas mulheres comercializavam no mercado, outras fiscalizavam os governos, mas os traficantes de escravos querendo construir uma indústria açucareira aqui arrancaram as pessoas de seu país e venderam como mercadoria.

Não sabia dessa história de vovó Antônia.

– Conta mais...

– Sua avó dizia que junto com ela outros foram enfiados num navio, estava tão cheio de gente que não dava nem para se mexer. Eram pessoas de vários países africanos: Congo, Angolas, Benguelas, Caçanjes, Minas, e outros indivíduos provenientes dos mais diversos povos e grupos étnicos que habitavam nas vilas, cidades e regiões do continente africano.

Cortei a conversa:

– Nem para fazer xixi?!

– Isso mesmo, eles só abriam a tampa do saguão para jogar água e comida, o restante tinham que fazer por ali mesmo.

Mamãe continuava a contar enquanto amarrava calmamente meus cabelos. Adoro escutar minha mãe contando as histórias de quando ela era pequena ou mesmo da minha avó Antônia, que era uma mulher guerreira que sofreu muito por ser negra de porta a fora.

Tive uma livre impressão que sua voz embargara quando estava falando sobre o tempo que se leva para chegar de África até Pernambuco e de tudo que sua mãe passara dentro do navio, percebi que ela não me contou tudo, igual como no caso de Zé.

Continuei quieta, ouvindo-a, sentindo seus carinhos. Peguei-me reparando nas estrelas de carambola que estavam dentro da panela, imaginando como se fossem estrelas do



mar. Pensei na minha avó dentro de uma das enormes naus que desembarcam no porto do Recife, apesar de só ter uma vaga lembrança do porto. Recordo que é um lugar de muito choro e tristeza, de encontro e despedidas, não gostei de conhecer prefiro ir à rua da Aurora, como fazemos todos os dias.



Praça do polé

Voltei do devaneio quando minha mãe soltou rapidamente meu cabelo para ir até o fogão. Escutei palmas... Esperei-a finalizar o último tufo de cabelo, mas ela gritou por Josefa repassando o trabalho. Não gosto quando minha irmã mexe no meu cabelo, ela puxa muito; dói. Já a escutei dizendo que tem raiva de cabelo duro, acho que é por conta disso.

– Arrodeia! Gritou Josefa.



Das dores entrou juntamente com uma criança pelas portas dos fundos. Ela tinha uma coisa que me chamava muita atenção, a bunda dela parecia um pêndulo do relógio que eu vira na casa de um rapaz quando fomos vender doce na Aurora.

– Cumadre, está pronta para ir? Pode antes fazer um favor?

Minha mãe despejou o doce num enorme tacho de barro, para que ele esfriasse mais rápido.

– Vim pedir pra tu rezar Cacilda, tô achando que é ventre caído. A bichinha tá quase dois dias sem cumê direito e a sinhá tá dizendo que fiz uma mandinga para a menina adoecer. Já esquentei a ponta do galfo, esfrie na água e dei a ela pra beber, mas nada deu certo.

– Comadre, o sol já está alto quando estiver caindo eu rezo.

Continuou mexendo o doce.

– Então depois eu volto.

Aproveitei a chegada de Das Dores para brincar com Cacilda no quintal, saímos sem que percebessem. Corremos para a cacimba. Os cabelos dela me chamavam atenção, eram fiapos finos como os cabelos de minha boneca de milho, sua pele tinha uns traços verde-azulados era estranho quando se olhava de perto. Logo escutamos os gritos:

– Cacilda! Cacilda...

– Menina Cacilda, pelo amor de Deus cadê você. Se sinhá sabe que te tirei de casa, vou pro castigo. Acabo na praça do polé.

Escondemo-nos, mas ao escutar a lamúria, chamei Cacilda para voltarmos. Contudo, a menina pareceu não se importar. Perguntei se ela já tinha visto negro no polé. Ela respondeu que não. Comecei a descrever o que já havia





presenciado na praça da Independência onde fica a polé, tentando sensibilizá-la.

– A polé é um poste com uma roldana no alto por onde passa uma corda. Ela é utilizada para castigar negra fujona ou rebelde. Vamos voltar Cacilda, não quero que dona das Dores apanhe por conta de nós.

Apesar da insistência, Cacilda não demonstra nenhum interesse e volta a se esconder pelo quintal como se fora para que eu ficasse que nem uma besta atrás dela.

Imediatamente, corri para avisar:

– Mãe, Cacilda está atrás do pé de canela.

Dona das Dores, aparentemente nervosa, segue em busca da sinhazinha.

– Filha, vá se organizar para nós sair.



A cidade e seus encantos

Gosto de vender guloseimas com mamãe, só acho ruim ter que andar da freguesia de Santo Antônio até a rua da Aurora durante “sol a pino” carregando um banco que ora levo na mão ora ponho na cabeça. Sair de casa não é simples, temos que andar muito. Bom mesmo é observar as mudanças, escutar os vozerios e saber das novidades.

– Mamãe, por que a senhora não vende o doce no bairro



Vendedoras ambulantes.
Data de Publicação: 1900.
Desenhado: Lenois II.

do Recife? Escutei dona Zefinha doceira dizendo que não mais vai montar o tabuleiro na rua da Aurora, agora vai levar para o Recife, pois é lugar que tem muitos negros de ganho e intenso comércio.

– Caetana, prefiro comercializar na rua da Aurora, porque sempre os canoeiros compram todo o doce. Sei que é distante para você, filha, mas lá fico sabendo do que está acontecendo pela cidade, muita coisa está mudando. Mas isso não é para você se preocupar, deixe de conversa e vá

avisar a Anna preta que já estamos indo.

Mamãe parou embaixo de uma árvore e corri até a casa que Anna preta mora, as casas da Boa vista são enormes e bonitas, algumas com belos quintais voltados para o rio Capibaribe outras, sítios. Também há diversas tabernas que torna o bairro festivo com muita balburdia.

– Anna preta. Gritei.

– Menina fale baixo, pensa que está na feira do Bom Jesus?!

– Mamãe está esperando. Vamos! Vamos!

Voltei correndo e fiquei ao lado de minha mãe. Enquanto esperávamos, fixei meu olhar no espetáculo de cores dos trajes das vendeiras, não havia visto os policiais que rondavam as mulheres, só depois observei o quanto elas se aglomeravam em lugares demarcados para não infringirem à lei. Apesar de serem poucos, quando eles ficam perto ninguém quer encrenca.



Com a chegada da preta, voltamos a caminhar. Meus olhos deslizavam vendo a beleza da cidade, meu nariz ardia da fedentina que exalava. Percebi que Anna e mamãe conversavam baixinho. Sei que quando as negras falam baixo tem rasgos de rebeldia. Então reduzi o passo e comecei a escutar.

– Iracema, estou muito preocupada.

– Você nunca fala assim. O que foi?

– Escutei atrás da porta umas conversas sobre uma tal câmara de postura. O subdelegado de polícia, seu Alaniano, estava conversando com meu senhor e disse que cada província agora decide sobre os empregos públicos, economia das obras públicas e da força policial.

– Não tô entendendo, Anna.

– Cema, agora vão fiscalizar ainda mais o espaço urbano, porque eles agora têm o poder de prender as pessoas. Não

vai mais poder fazer vozerios, batucadas, nem bebedeiras. O que eles querem é acabar com nossos ajuntamentos.

– Bem que você disse de manhã.

– Quase agora tive a certeza. Eles nos chamam de classe perigosa e vão a todo custo tentar ordenar o espaço da cidade. De ontem para hoje, além de Cândida escutei que prenderam sem parte as lavadeiras Anna Joaquina, filha de seu Manoel, e Madalena, escrava de confiança de seu Alex José Medeiros.

– Meu deus!

– Cema, estão nos prendendo sem nem se quer a gente ter feito nada. Estou com medo.

Por pouco, não me pegaram escutando atrás da porta quando Cândida gritou me chamando.

– Temos que ter mais cuidado. Mas não vejo grande aparato policial nas ruas.



Conflitos nas ruas

Repentinamente, vi um burburinho se formar na bela rua da Aurora. Corri amedrontada para minha mãe quase derrubando o tabuleiro da cabeça dela. Recolhemo-nos próximos aos canoieiros e ficamos observando de longe os policiais prendendo uma preta de cabelo crespo no casco.

- Cada vez mais pessoas estão sendo presas. Falou um

homem que estava perto de nós.

Terminado o burburinho, montamos o tabuleiro longe de onde estávamos. Minha mãe ficou muito apreensiva com a situação, por isso quis se distanciar. Conseguimos vender todo o doce. Foi um dia bem diferente dos que já havíamos vivido até ali. Como não temos outras opções amanhã teremos que voltar, pois estamos ligadas diretamente à comercialização no espaço urbano. As negras de tabuleiro exercem suas atividades na rua como resistência e sobrevivência através da construção de redes de afeto e sociabilidade, provocando e esquivando-se dos conflitos, pois é dela que tiramos nosso sustendo.

Anexos

Fotos do livro da Casa de Detenção e notas de culpa.



Fotos do livro da Casa de Detenção e notas de culpa.



